



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

EMERSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR

**UMA ARCÁDIA INSULAR: Consolidação e Fortalecimento da Concepção Idílica
do Arquipélago de Fernando de Noronha nos Fins do Século XX e Início do
Século XXI**

Recife
2024

EMERSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR

**UMA ARCÁDIA INSULAR: Consolidação e Fortalecimento da Concepção Idílica
do Arquipélago de Fernando de Noronha nos Fins do Século XX e Início do
Século XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para obtenção do grau de licenciado em
História.

Orientadora: Professora Dra. Patrícia Pinheiro de Melo

Coorientadora: Grazielle Rodrigues do Nascimento

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva Júnior, Emerson Rodrigues da.

Uma arcádia insular: consolidação e fortalecimento da concepção idílica do arquipélago de Fernando de Noronha nos fins do século XX e início do século XXI / Emerson Rodrigues da Silva Júnior. - Recife, 2024.

82 p., tab.

Orientador(a): Patrícia Pinheiro de Melo

Coorientador(a): Grazielle Rodrigues do Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2024.

Inclui referências.

1. Educação Ambiental. 2. Fernando de Noronha. 3. História Ambiental. 4. Paraíso. I. Melo, Patrícia Pinheiro de. (Orientação). II. Nascimento, Grazielle Rodrigues do. (Coorientação). IV. Título.

900 CDD (22.ed.)

EMERSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR

**UMA ARCÁDIA INSULAR: consolidação e Fortalecimento da Concepção Idílica
do Arquipélago de Fernando de Noronha nos Fins do Século XX e Início do
Século XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do grau de licenciado em
História.

Aprovado em: 26/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Grazielle Rodrigues do Nascimento (Examinadora Externa)
EREM Arquipélago Fernando de Noronha

Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Patrícia Pinheiro de Melo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esse trabalho a todos os profissionais que, direta ou indiretamente, formaram a minha consciência ambiental desde criança até o fim da minha formação acadêmica; assim como aos meus queridos companheiros de vida: Bob, o poodle anão (*In Memoriam*); Kiara, a leide vira-lata; e Zeus, o gato mimado.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos da época da escola, alicerces iniciais que tive no Recife. Dos muitos colegas que fiz, destaco Alessandra, Fernanda, Laís, Giovanna, Isabele, Isadora, João Pedro, Manuela, Rafaela, Tiphani e Valquirya. Foi ao lado deles que desenvolvi o meu gosto por história e simulei minhas primeiras aulas da disciplina, devido a um grupo de estudos que tínhamos. Talvez não tivesse me empenhado tanto sem o apoio e companheirismo sempre presente deles, que muitas vezes acreditaram mais em mim do que eu.

Às amigadas que fiz durante os anos de cursinho: Alanis e Ingrid. Em um período nebuloso e confuso, foram indispensáveis para que conseguisse dar boas risadas, ter conversas profundas e refletir sobre o que queria para o meu futuro. Ainda foram cruciais ao me motivarem a seguir o curso de História, naquela época já cogitado por mim.

Aos amigos distantes, porém sentimentalmente presentes: Ana, por toda a imensa motivação e carinho, momentos de tristeza e alegria compartilhados, e disponibilidade para conversar sobre quaisquer situações que precisasse; Carol, que conseguia me tirar da realidade com as programações mais aleatórias e simples, que iam desde passeios noturnos a receitas culinárias, nos poucos, mas preciosos, momentos em que conseguíamos nos ver; Dayse, pelas conversas leves e alegria sempre contagiante; Débora, presente em todos os momentos e situações, das mais bobas às mais sérias, fosse para parabenizar ou dar uma bronca, além de ter acompanhado e me aconselhado a respeito de várias situações da faculdade, o que inclui a criação deste trabalho; e Gabriele, que, por muito tempo, foi quem mais me lembrou de tudo o que tinha capacidade de conquistar.

Aos colegas virtuais que, embora nunca os tenha visto pessoalmente, enchem-me de boas energias e me lembraram constantemente da minha criatividade e dedicação ao longo de toda a graduação: Gabriel, José Eduardo, Mario, Rayssa e Rodrigo.

Aos queridos colegas universitários: Aline, minha encorajadora número um e parceira dos lanches menos saudáveis possíveis; Luisa, que sempre me inspirou em sua dedicação e plenitude, além de ter os melhores bordões; Mileide, minha fiel dupla de Licenciatura, quem mais me acompanhava nas minhas peregrinações pelo campus universitário e que me é um grande apoio e referência; Ruth, primeira amizade que fiz

na UFPE e uma pessoa que admiro demais em toda sua garra e alegria; Silayne, colega divertidíssima e a mais presente nas aulas noturnas, nas quais vivemos experiências inusitadas e comíamos bastante brownie; e Vitória, companheira desde o meu primeiro dia no curso, estando comigo dos momentos de comemorar a conclusão de mais um período aos de desespero para entregar algum trabalho dentro do prazo, sem dúvidas uma das minhas principais confidentes desde 2019. Em meio às outras belas relações que construí, cito ainda Alex, Atrius, Dara, Diego, Evelyn, Geovanna, Juliana, Keli, Lara, Talisson e Vitória.

A alguns dos professores que tive na Educação Básica, que me inspiraram e continuaram torcendo por mim mesmo após o ingresso na faculdade: Carlos Lima, Carolina Rocha, Erika Lima, Francisco Costa, Hosana Pereira, Ítala Rose, Mariana Fugiy, Patrícia Nery, Rafael Marino e Stephane Albuquerque.

A todos os professores universitários que contribuíram positivamente para minha formação, em especial: Mônica Nogueira, primeira docente com quem me senti confortável em interagir após entrar na UFPE e que ampliou o meu olhar a respeito da história humana antes da escrita; Regina Beatriz, que me ensinou a forte e relevante conexão entre a boa narrativa literária e a historiografia; Thiago Nunes, o qual me provou o quanto a história pode utilizar a tecnologia de formas tão criativas e atrativas para as atuais gerações; Christine Dabat, responsável por me apresentar a área da História Ambiental e proporcionar uma identificação imediata que começou a me encaminhar para este trabalho de conclusão; Patrícia Irene, que mudou completamente a minha visão em relação às formas como construir minhas atividades e interpretar erros dos estudantes; André Maranhão, o qual apontou discussões tão relevantes e críticas quanto ao que e quem ainda está de fora da nossa grade curricular obrigatória; Gláucia Maria, responsável por me fazer repensar o meu afastamento da política, ao mostrar o quanto ela está inserida em tudo na nossa vivência, incluindo na educação; Antônio Cardoso, que proporcionou meu primeiro e inesquecível contato com a LIBRAS; e Roberta Duarte, a qual me inspirou a sempre me abrir para novas possibilidades, sem me manter preso a uma única área na história. Todas essas pessoas foram cruciais na construção do historiador e professor que me tornei.

À minha orientadora Patrícia Pinheiro, a quem devo a maior parte do meu conhecimento histórico-ambiental, com discussões que me permitiram desenvolver melhor meu senso crítico, e coorientadora Grazielle Rodrigues, minha referência da

História de Fernando de Noronha. Ambas, sempre que preciso, foram bastante solícitas, por isso só tenho a agradecer por toda atenção e disponibilidade.

À minha família. Em especial, minha avó e minhas tias Ana e Edna, que me deram todo o suporte e carinho necessário quando me mudei para Recife com o intuito de entrar na faculdade; e meus primos Anderson, Pedro, Jhonatas e Emilly, os quais sempre me foram ótimas e alegres companhias. Não menos importante, meus pais, que investiram intensamente desde sempre nos meus estudos, especialmente minha mãe, mesmo tendo limitações de saúde que a dificultam trabalhar. Foi preciso esforço e confiança para que me permitissem sair tão cedo de casa, por isso, se eu cheguei até este ponto, o mérito também é deles. Ainda cito minha tia Lourdes, meu tio Pontual, meus primos Guilherme e Gustavo, e meu irmão Júlio por todo apoio.

Ao meu núcleo familiar adotivo, que me acolheu em Recife durante todo o tempo que precisei para concluir meus estudos. Graças a Djanira, tive moradia, companhia e carinho, em um espaço que me proporcionou conforto e tranquilidade adequada para os estudos e para amadurecer. À Fatinha agradeço pelas risadas, comidas maravilhosas, aprendizados que só ela entende e toda dedicação e boa vontade em me abrigar ao seu lado. E a Júlia, minha irmã de coração, devo todos os momentos de conversas sérias, de brincadeiras bobas, conselhos e, acima de tudo, crescimento juntos. Crescimento esse acadêmico, sentimental, culinário. Foram muitas e divertidas experiências que nos fizeram deixar a adolescência e embarcar na vida adulta um ao lado do outro. Muito obrigado!

Ao Projeto Golfinho Rotador e à Petrobras, responsáveis por possibilitar a incrível experiência que tive com as Férias Ecológicas, tanto quando pequeno – como aluno – quanto em 2024, enquanto monitor.

E à minha cadela Kiara. Maior companhia que ganhei, de personalidade tão meiga, com afeto genuíno e sem qualquer mesquinharia. Nos meus dias mais difíceis e solitários, tive a sua presença como grande conforto. Infelizmente, durante os meses de preparação desta pesquisa, ela passou por um agravamento na sua saúde já debilitada, o que me leva a também agradecer a Tammy, que me deu um enorme suporte nesse sentido. Provavelmente, eu não teria nada a acrescentar à História Ambiental se não tivesse aprendido tanto com um ser relegado pelos humanos como parte de uma natureza ilusoriamente tão distante. Por isso, meus últimos e maiores agradecimentos são para ela. Que eu possa fazer jus a todos os seus inocentes, mas jamais inválidos, ensinamentos.

O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas. A apropriação dos recursos da natureza e a valoração das paisagens, nesse sentido, possuem uma clara historicidade (PÁDUA, 2010, p. 93).

RESUMO

Esse estudo se dedica a compreender a forma como o arquipélago de Fernando de Noronha, desde o fim do século XX, vem se apropriando da imagem do paraíso, para adentrar a mentalidade de uma sociedade que procura fugas esporádicas das grandes cidades e nutre uma vontade inconsciente de aproveitar a natureza selvagem. De início, partiu-se de uma análise qualitativa, através de artigos, livros e dissertações, que permitiram constatar que a ideia de paraíso nasceu com os antigos mitos religiosos e foi projetada sobre Fernando de Noronha, na concepção de um paraíso terrenal. Contudo, notou-se que as transformações religiosas, econômicas e simbólicas da humanidade criaram condições para que, na contemporaneidade, o paraíso mítico tenha se convertido em um paraíso turístico. Com apoio de uma investigação quantitativa, foi possível atestar que o apelo propagandístico da natureza intocada contribuiu para o aumento de visitantes no arquipélago, paralelamente ao crescimento da população local e à degradação do ambiente, sendo a Educação Ambiental a solução encontrada para reverter os danos, ao propor uma mudança na forma como nos relacionamos com a natureza.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Fernando de Noronha; História Ambiental; Paraíso.

ABSTRACT

This study is dedicated to understanding how the archipelago of Fernando de Noronha, since the end of the 20th century, has been appropriating the image of paradise, to enter the mentality of a society that seeks sporadic escapes from big cities and nurtures an unconscious desire to enjoy wild nature. Initially, it started with a qualitative analysis, through articles, books and dissertations, which made it possible to verify that the idea of paradise was born with ancient religious myths and was placed on the Fernando de Noronha, in the conception of an earthly paradise. However, it was noted that the religious, economic and symbolic transformations of humanity created conditions so that, in contemporary times, the mythical paradise has been transformed into a tourist paradise. With the support of a quantitative investigation, it was possible to attest that the propagandistic appeal of untouched nature contributed to the increase in visitors to the archipelago, in parallel with the growth of the local population and the degradation of the environment, with Environmental Education being the solution found to reverse the damage, by proposing a change in the way we relate to nature.

Keywords: Environmental Education; Environmental History; Fernando de Noronha; Paradise.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ORIGENS REMOTAS DOS PARAÍÇOS: DOS MITOS À ILHA TANGÍVEL	14
2.1	Crenças Diversas e Paraísos Perdidos	14
2.2	A Utopia e o Paraíso Encontrado	19
3	PREPARANDO O TERRENO: TRANSFORMAÇÃO DO PARAÍSO MÍTICO EM PARAÍSO TURÍSTICO	26
3.1	Mudanças na Relação Humano-Natureza	26
3.1.1	Fator Religioso: Descrença no Paraíso Terreal	26
3.1.2	Fator Simbólico-Natural: Dualidades e Arcádias	28
3.1.3	Fator Econômico: Uma Árvore em Pé Pode Valer Mais que Muitas Deitadas	32
3.2	Primeiros Passos do Turismo Noronhense: Pré-Constituição de 1988	40
4	CRESCIMENTO E DIVULGAÇÃO DO DISTRITO ESTADUAL PARADISIACO	45
4.1	Turismo Consolidado e Reintegração ao Estado de Pernambuco	45
4.2	“O Paraíso é Aqui!”, Disse Vespúcio no Século XXI	54
5.	ECOS DO PASSADO: PROBLEMAS E LIÇÕES DO PARAÍSO PARA AS NOVAS GERAÇÕES	61
5.1	Por Baixo dos Tapetes da Esmeralda do Atlântico	61
5.2	Educação Ambiental e as Férias Ecológicas: Resignificando o Paraíso	67
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Localizado no Nordeste brasileiro, Fernando de Noronha é um arquipélago com cerca de 26 km², originado de uma cordilheira vulcânica com base a aproximadamente 4 mil metros de profundidade no Oceano Atlântico. A sua única ilha habitada é a principal, que carrega o mesmo nome e tem 17,017 km² de área, cercada por outras 20 ilhas e ilhotas menores. Possui clima quente oceânico, temperatura média de 28 °C e duas estações: chuvosa (março-agosto) e de estiagem (setembro-fevereiro). Embora já tenha aparecido anteriormente no planisfério de Juan de la Costa, em 1500, e no Mapa de Cantino, em 1502, foi em 1503 que Américo Vespúcio, integrante da Expedição Exploratória comandada por Gonçalo Coelho, chegou a Fernando de Noronha. Mais precisamente, foi na 2ª Expedição Exploradora (1503-1504), em 10 de agosto, que Vespúcio pisou no solo insular e declarou aquele como o descobrimento do arquipélago. No ano seguinte, 1504, a ilha foi doada ao fidalgo português Fernan de Loronha, responsável por financiar a expedição.¹ Desde então, a história de Fernando de Noronha passou a dar conta de naufrágios, invasões, disputas políticas e embates ideológicos em torno da sua localização e da sua importância ambiental.

Recém-colocado sobre gestão compartilhada do Governo de Pernambuco e da União², o que ainda faz dele Distrito Estadual, o arquipélago tem seu administrador nomeado pelo Governo pernambucano, com aval da Assembleia Legislativa; carrega o título de Patrimônio Natural Mundial, devido à importância para a vida marinha; e sua principal atividade econômica é o turismo. É nessas duas últimas características que se expressa com maior evidência o cunho idílico – isto é, bucólico; utópico em termos de natureza – que é costumeiramente associado a Fernando de Noronha, seja em propagandas turísticas, seja nas concepções dos próprios nativos, até mesmo sendo naturalizado na mentalidade de grande parte das pessoas que simplesmente sabem da existência do local. Contudo, como toda idealização, essa serve a algum propósito, esconde traços da realidade e carrega uma origem de valiosa importância, uma vez que tais questões dialogam diretamente³ com a realidade dos noronhenses³ e das pessoas que consomem qualquer material que as leve a criar um entendimento

¹ Silva, 2013.

² Marinho & Veras, 2023.

³ Gentílico dos nascidos em Fernando de Noronha, ou que se tornaram residentes permanentes da ilha principal.

(idealizado) do arquipélago e de como funcionava, e ainda funciona, a vivência nele.

Assim, partindo dessas considerações, buscou-se, primeiramente, traçar o nascimento dessa visão idílica e como ela partiu de um sistema amplo de simbologias para o caso particular de Fernando de Noronha; depois, elucidar as condições que permitiram a evolução do arquipélago de um paraíso mítico para um turístico; destacar a influência dessa concepção idealizada nas propagandas atuais e o crescimento urbano e populacional enquanto distrito pernambucano; e, por fim, investigar os problemas socioambientais mascarados pelas mídias, assim como o papel da Educação Ambiental na formação de novas gerações noronhenses mais comprometidas com a natureza. Para empreender esse estudo, tendo em vista que foi a partir da Constituição de 1988 que Fernando de Noronha investiu com maior sucesso no turismo de luxo, priorizou-se como recorte temporal o final do século XX e primeira década do século XXI, além de se apoiar em conceitos e análises de acordo com o vasto campo da História Ambiental⁴ e uma série de outras pesquisas – que vão da área do turismo à da arquitetura – utilizadas interdisciplinarmente.

⁴ Campo originado diante das conferências sobre a crise global e o crescimento dos movimentos ambientalistas, na década de 1970, e que assumiu como objetivo entender como os humanos afetaram e foram afetados pelo ambiente natural através do tempo (Worster, 1991).

2 ORIGENS REMOTAS DOS PARAÍÇOS: DOS MITOS⁵ À ILHA TANGÍVEL

2.1 Crenças Diversas e Paraísos Perdidos

Antes de entender a visão particular de Fernando de Noronha enquanto paraíso, é necessário inserir o arquipélago dentro de um sistema de simbologias humanas que retratam a existência desse lugar mítico desde a Antiguidade.⁶ Portanto, é válido começar justamente pelo entendimento do que seria “paraíso”. A ideia desse conceito, como exposto por Dimas (2016, p. 41), enquanto lugar originário e perfeito, pode ser observada em culturas distintas, carrega uma condição feliz para a humanidade, e tem base mesopotâmica, antes mesmo da mitologia cristã colocada na Bíblia.

A isso, a arquiteta Dantas (2009) acrescenta que parte considerável das religiões acredita em uma idade mítica perfeita na origem do universo, algo que acaba por se repetir, em algumas dessas crenças, no final dos tempos. Nesse mito original das grandes religiões e civilizações, frequentemente surgia a imagem do paraíso primordial, por vezes um jardim, uma ilha ou uma montanha, fosse terreal ou celeste. Trata-se de um lugar de liberdade, abundância e ausência de conflitos, com harmonia entre os seres vivos e ligação direta com o mundo divino. Assim, Dantas cita crenças mesopotâmicas que relatavam sobre uma região mítica com localização oriental indicada para o leste, mencionada no Mito de Dilmin ou Mito do Paraíso; o livro sagrado do Zoroastrismo⁷, Avesta, o qual também conta com o seu paraíso, o jardim de Yima ou Jima, de clima suave, árvores mágicas e águas que levavam a fertilidade à terra; e o texto da Epopeia de Gilgamés⁸, da Babilônia, no qual é apresentado um jardim com árvores magníficas, as quais continham, ao invés de frutos, joias e pedras de ônix e lápis-lazúli.

⁵ O mito é aqui trabalhado na visão de Eliade (1972). Trata-se de uma história sagrada, que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo significação e valor à existência. Parte de um tempo primordial, esclarecendo o surgimento de alguma realidade, a qual, apenas por existir, serve como prova da veracidade mítica.

⁶ Entende-se a Idade Antiga, de acordo com a história tradicional, enquanto período que vai de cerca de 3.500 AEC., com o surgimento da primeira forma de escrita na Suméria, ao século V DEC., com a queda do Império Romano ocidental.

⁷ Religião dualista persa, adotada pelos iranianos - mas hoje seguida por uma minoria - e datada em torno dos séculos X a VI AEC. É a provável primeira religião da salvação eterna (Henriques, 2019).

⁸ Compilação de lendas e poemas provenientes do Período Babilônico Antigo [2000-1600 AEC.], ou muito antes, caso a criação da obra seja contemporânea ao protagonista, do período protodinástico II [2750-2600 DEC.] (Follmann, 2008 *apud* Dantas, 2009).

Da mitologia greco-romana, Dantas (2009, p. 28-29) cita primeiro o mito da "Idade do Ouro", no qual a raça superior humana, denominada como raça do ouro, vivia sob a proteção de Cronos⁹, em harmonia com a natureza benevolente, sem o peso da velhice ou preocupações. Em seguida, os Campos Elísios, do canto IV da Odisseia¹⁰, os quais também são apresentados como ambientes de prazer e longe de problemas, oferecendo a mais doce das vidas. E ainda existem as Ilhas Afortunadas, descritas por Píndaro na segunda Olímpica¹¹, em 476 AEC., que surgem como local afastado do medo e do sofrimento para os justos que venceram a prova do julgamento e passaram por três reencarnações terrestres. Para além das semelhanças dessas Idades do Ouro, a arquiteta ressalta que todas, de alguma forma, findam no paraíso conhecendo um fim trágico.

No tocante ao paraíso cristão, existem três textos fundadores e essenciais, elencados pelo historiador francês Delumeau (2004, p. 143-145), para se entender a evolução do conceito ao longo da história. O primeiro deles é a evocação do jardim do Éden no Gênesis, primeiro livro da Bíblia, o qual destaca um ambiente natural, rico em fauna e flora, com belas árvores frutíferas e rios feitos por Deus, assim como a criação dos primeiros humanos. Em seguida, o Apocalipse, redigido por São João, aproximadamente no ano 90 DEC., o qual, apesar de ser mais associado ao sentido dramático em relação aos eternamente castigados, também carrega uma mensagem de esperança, uma vez que o bem e a felicidade são garantidos no pós-vida. Por fim, a Hierarquia Celeste, mencionada pela primeira vez na Constantinopla de 532 e atribuída a Dênis, provável escritor sírio que sistematizou a organização global do paraíso e a uniu à cosmografia de Aristóteles e Ptolomeu¹², acrescentando duas novas esferas ao sistema antes proposto: a do primeiro motor, responsável por manter as demais em movimento, e a do empíreo, morada fixa de Deus, dos anjos e dos

⁹ De acordo com a mitologia grega, Cronos foi um dos filhos dos deuses primordiais Gaia e Urano, respectivamente a Mãe Terra e o Pai Céu, e deus da colheita e do tempo. Após derrotar o pai, tornou-se líder da sua geração de titãs e governou durante a Idade do Ouro.

¹⁰ Um dos poemas épicos gregos atribuídos ao poeta Homero, datado do século VIII AEC.

¹¹ Segunda das Odes Olímpicas, composições poéticas para celebrar as vitórias nos jogos olímpicos entre as Cidades-Estados gregas.

¹² Essa cosmografia determinava a Terra como centro do universo, ao redor da qual circulavam esferas cristalinas em constante movimento, encaixadas umas nas outras e responsáveis por moverem os planetas e as estrelas. Do interior para o exterior, seguiam-se as esferas dos planetas: da Lua, de Mercúrio, de Vênus, do Sol, de Marte, de Júpiter e de Saturno. Quanto mais afastadas da Terra, mais rápido giravam em torno dela. Acima, circulando em 24 horas, estava a das estrelas fixas, as quais ficavam imóveis. Posteriormente, Dênis acrescentou as outras duas: a do primeiro motor e a do empíreo (Delumeau, 2004).

eleitos, na qual estaria a Jerusalém celeste. Partindo para a etimologia, encontra-se novamente influência de variadas culturas:

O termo “Jardim do Éden” aparece no hebraico *Gan Beeden*. *Gan*, jardim, pomar, e *Beeden*, “no Éden”. O termo Éden significa, entre outras coisas, delícias, prazer, deleite. Ou ainda pela raiz hebraica da palavra דָּבַד (*dn l*, deleitar-se, deliciar-se, festejar, viver com regalias). Assim poderíamos traduzir “Jardim no Prazer”, “no deleite”, “na delícia”, “na festa”, “no viver com regalias”. Na Septuaginta transliterada¹³, *Gan Eden* é traduzido por *paradeisos tryphés*, “jardim dos prazeres”. Em Eclesiásticos¹⁴ 40.27 aparece como “*paradeisos eulogias*”, que quer dizer “jardim frutífero”. Para a tradução grega, a ideia de jardim se associa a *pardés* (parque, floresta), dos jardins persas, e a partir dele *paradeisos*, Paraíso. Em latim, *Paradisum voluptatis*, traduzido que literalmente poderia ser lido como Jardim das Volúpias, porém comumente traduzido como “Jardim dos Prazeres” ou “Jardim do Éden” (Dimas, 2016, p. 40-41).

Dantas (2009, p. 42-44) retoma as origens cristãs ao rememorar a história do Gênesis, de acordo com a qual, após pegarem o Fruto da Árvore da Vida, os primeiros homem e mulher, Adão e Eva, foram expulsos, o que fez o paraíso ter sua localização secreta e afastada de qualquer contato humano.¹⁵ Mesmo assim, durante muito tempo, judeus e cristãos acreditaram que o paraíso terreal ainda existia em algum lugar acessível antes mesmo do julgamento final. Distante e isolado, apenas alguns obstáculos o tornavam inalcançável, fossem eles montanhas, mares ou temperaturas exorbitantes. Dantas aponta que, sobretudo na Idade Média¹⁶, teólogos e poetas se ocuparam com o assunto, em contexto de viagens reais e fictícias: “Muitas obras literárias da Antiguidade Clássica, a partir do século II d.C., foram redescobertas, preservadas e cristianizadas, cooperando neste processo de emulsão de culturas e crenças” (2009, p. 43). Assim, a arquiteta conclui que, no pensamento baixo-medieval,

¹³ Versão original do Antigo Testamento da Bíblia [em hebraico] traduzida para o grego, entre o século III AEC. e o século I DEC. A nomenclatura “Septuaginta” viria de “setenta”, a quantidade aproximada de judeus em Alexandria, cidade grega, que a traduziu.

¹⁴ Sexto dos sete livros deuterocanônicos presentes da Septuaginta, mas não considerado canônico pelo judaísmo e protestantismo.

¹⁵ Nos mitos originários de muitas religiões, existem árvores que concedem frutos de imortalidade. No cristianismo, no entanto, é curioso observar que Adão e Eva já possuíam essa condição, o que levou Dantas (2009) a sugerir que a limitação do Deus cristão seria não poderem ter acesso ao conhecimento.

¹⁶ Entende-se a Idade Média, de acordo com a história tradicional, enquanto período que vai do século V DEC., com a já mencionada queda do Império Romano, ao século XV DEC., quando os turcos otomanos tomaram Constantinopla, mais especificamente no ano de 1453.

existiam três paraísos que se misturavam e se separavam constantemente: o Paraíso Terrestre, onde viveram Adão e Eva; o Paraíso Celeste, para os justos aguardarem o Julgamento Final; e a Jerusalém Celeste, local da vida eterna.

O jardim harmônico não era facilmente encontrado, de acordo com a narrativa do Gênesis, diante do dilúvio, que teria tornado o local invisível. Dantas atesta, então, ter sido uma das primeiras sugestões quanto à sua localização uma grande altitude, assim como ocorreu com a arca de Noé, mas também foi cogitado ser uma ilha. Ainda de acordo com a arquiteta, desde a Antiguidade Grega, essas porções de terra envoltas de água foram o palco preferido para aventuras humanas e divinas, principalmente diante do mar rico em ilhas que banha a costa da Grécia, nas quais nasceram deuses e se passaram aventuras da Odisseia, em ilhas imaginárias repletas de monstros e desafios que tanto podiam ser boas quanto más. Mesmo na Idade Média, Dantas afirma que as ilhas povoavam a imaginação das pessoas com mistérios e fantasias, devido à sua distância e dificuldade para alcançá-las. Dessa forma, eram convites para aventuras, ainda mais as que possuíam vulcões, considerados como a entrada para o Inferno. Uma vez que um dos elementos constantes na descrição do paraíso bíblico era a água, tão conhecida por irrigar o Éden, as associações às ilhas eram comuns. Nas histórias medievais, os ambientes insulares surgiam enquanto refúgio e proteção, após uma tempestade ou naufrágio, mas também como cativo e isolamento.

Contribuindo para essas visões oscilantes, o geógrafo Castro (2021, p. 66-70) apontou o próprio mar medieval gerar um misto de sentimentos completamente opostos: ao mesmo tempo que mostrava serenidade, calma e sedução com suas possibilidades de riquezas, terras longínquas e liberdade, aparecia como raivoso, de uma imensidão de causar medo e cercado pelos perigos das tempestades e dos monstros marinhos. O maior causador dos temores às águas oceânicas advém do já mencionado dilúvio bíblico, que fez o mar ser visto como punidor dos pecados humanos, os sons das ondas batendo representarem os lamentos dos mortos durante o evento e seus restos se tornaram morada de criaturas perversas, de forma que oferendas eram feitas pelos navegadores para acalmar os demônios e as tempestades. Para além, o geógrafo citou que habitaram as mentes desses marinheiros o Kraken, polvo gigante que surgiu desde a mitologia nórdica, passando pela grega e romana, até chegar à Idade Média cristã; as sereias de vozes hipnotizantes; serpentes marinhas, que tanto figuravam os mapas da época; o

monstro bíblico Leviatã; entre outras criaturas fantasiosas.

Segundo Delumeau (2004, p. 148-150), durante a vasta carreira iconográfica¹⁷ da cidade celeste, os artistas se utilizavam dos elementos que refletiam as construções do seu tempo para representá-la. Contudo, sempre em paralelo à cidade, estava o jardim das delícias, descrito desde o século III como uma terra com campos verdejantes e floridos, árvores gigantes e resistentes às temperaturas extremas. Especialmente nos séculos XV e XVI, esse jardim esteve como plano de fundo nas representações de Natal e da Virgem Maria com o Menino Jesus. Porém, como colocado por Dantas (2009, p. 51-52), os retiros paradisíacos, na época da expansão marítima, pareciam ainda mais atrativos. Para além do paraíso terreal a ser encontrado, ainda se popularizaram histórias e relatos de mercadores e viajantes distantes que prometiam grandes riquezas em terras afastadas. As narrativas do paraíso passaram a misturar cada vez menos fantasia e realidade, traçando rotas concretas para que fossem seguidas por navegadores. Castro (2021, p. 64) acrescenta, no entanto, que não era apenas um paraíso, mas um paraíso tropicalizado, pois, com as grandes navegações, as paisagens frias e fortificadas da Europa deram espaço aos solos férteis e possibilidade de muitos minérios entre os trópicos.

Foi tomado por essas ideias que Cristóvão Colombo¹⁸ partiu em sua navegação e chegou às Américas, começando as “crônicas do Novo Mundo”, enquanto reflexo do fantasioso jardim procurado ao longo do tempo. Castro (2021, p. 54) chama a atenção para usos múltiplos dos referenciais edênicos por parte do navegador genovês. Embora a natureza exuberante do continente americano, como um todo, muitas vezes tenha sido descrita em termos paradisíacos, locais particulares – como o Haiti e suas “árvores que pareciam tocar o céu” ou Cuba e seus “nativos sem maldade, trabalhadores e alegres” – eram associados às características do Éden. Nesse sentido, Dantas (2009, p. 54-55) ressalta que os navegadores também foram importantes retratistas do Brasil, a todo momento preenchendo suas descrições com as simbologias desenvolvidas pelos relatos medievais. Em carta redigida em 1502,

¹⁷ Relativo à Iconografia, os estudos da linguagem visual em suas distintas formas de expressão.

¹⁸ Navegador genovês que ficou conhecido por liderar a frota que chegou ao continente americano em 12 de outubro de 1492. Foi por muito tempo considerado pela historiografia tradicional como o “Descobridor da América”, embora os revisionismos historiográficos tenham rompido com essa visão, uma vez que os povos originários já viviam no continente americano.

afirma que Américo Vespúcio¹⁹ destacava a variedade de espécies, aromas e gostos da vegetação brasileira, enquanto algo semelhante ao que deveriam encontrar no paraíso terreal. Somava-se a isso o clima temperado, abundância de águas e uma população nativa, aos olhos portugueses, despreocupada e alegre.

Sandeville Jr. (2002, p. 143-145) chamou a atenção para dois aspectos importantes da inicial presença europeia nas Américas: coexistiram, ao lado das visões de paraíso, depreciações da natureza nos trópicos, principalmente por conta da quebra de expectativas em relação ao fácil encontro de ouro, conflito com grupos indígenas, calor e doenças tropicais que tornaram o empreendimento colonial trabalhoso; e que, mesmo com o objetivo também religioso, a motivação principal dos colonizadores em suas viagens exploratórias era econômica. O viés do jardim das delícias e o das incontáveis riquezas se entrecruzavam, sobretudo pela grande maioria das representações do mito paradisíaco retratar as pedras e metais preciosos ao lado da natureza abundante. De qualquer forma, foi nesse contexto de expansão marítima que algumas ilhas foram descobertas e acreditadas como o desejado paraíso perdido, entre elas uma particular do Atlântico Sul: Fernando de Noronha.

2.2 A Utopia e o Paraíso Encontrado

Para tratar especificamente sobre a “edenização”²⁰ de Fernando de Noronha, no período de expansão marítima das civilizações europeias, é interessante levar em conta o conceito de utopia, além de todo o arcabouço anteriormente destacado em relação ao paraíso e ao desejo de encontrá-lo. De acordo com Pires (2006, p. 15-17), do grego “*óu*” (não) e “*topos*” (lugar), o termo foi criado pelo autor inglês Thomas More, o qual o utilizou pela primeira vez em seu livro homônimo, de 1516, para dar nome à ilha paradisíaca e fictícia que simbolizava uma sociedade igualitária, organizada e feliz. Uma vez que se tratava de um desejo de mudança direcionado para o justo, portanto uma concepção existente antes mesmo que More pensasse em nomeá-la, utopia passou a designar narrativas anteriores ao próprio surgimento do termo. Nota-se, ainda, as raízes judaico-cristãs do conceito, especialmente pelo Éden continuar

¹⁹ Polêmico navegador florentino, o qual esteve presente em duas das vindas de Cristóvão Colombo ao Brasil recém-conhecido pelos europeus. Atualmente, muitos estudos questionam a veracidade das suas cartas.

²⁰ Neologismo que caracteriza o ato de edenizar.

sendo o maior dos mitos cristãos e fonte de grande parte da tradição utópica ocidental. Basta considerar o senso de justiça das utopias e o equilíbrio apresentado no paraíso cristão: “No Éden não existe diferença entre o Humano, Deus e toda Criação que se manifesta no ambiente de prazer paradisíaco. No Éden todos são um e o um é o todo” (Dimas, 2016, p. 4). Dessa forma, a associação entre utopias e ambientes paradisíacos, como feito por More, era bastante natural.

Ainda de acordo com Pires (2016, p. 17-24), nos dois séculos seguintes – sobretudo no XVIII, com o advento do Iluminismo²¹ e suas ideias “libertadoras” – floresceram variadas obras utópicas, mas que passaram a ser questionadas nos séculos XIX e XX. Isso porque a falta de respaldo de realidade, para que as utopias parecessem possibilidades concretas, levou a criação de obras que negavam os princípios utópicos, as distopias, diante de um pessimismo em relação ao presente que resultava em um igual ou pior projetado para o futuro. Essa visão pessimista em relação às desejadas sociedades igualitárias das gerações posteriores foi causada, entre outros motivos, pelo comunismo transformado em ditadura na Rússia; pelo surgimento dos regimes nazifascistas; pelo contraditório progresso da Revolução Industrial resultar em exploração das classes trabalhadoras, renda concentrada nas mãos de poucos e condições desumanas de trabalho; e pelo desenvolvimento científico servir, do mesmo modo que em prol da saúde, para diversificar e intensificar as formas de atentado à vida, a exemplo dos acidentes radioativos e discursos como o Darwinismo Social.²²

Entretanto, a conexão entre o arquipélago de Fernando de Noronha e o conceito de utopia pode ir muito além da óbvia ligação entre um pensamento utópico e a visão edênica que paira sobre o atual distrito estadual enquanto um conjunto de ilhas afastado da agitação continental. O que se encontra no cenário fictício do livro *Utopia*, de fato, é mais importante que a sua localização, mas Ceccon (s.d., p. 1), para além de pôr em evidência a harmonia política, social e ecológica existente naquela ilha, reforçou uma possível inspiração que More poderia ter tirado de Fernando de Noronha. Para a ecóloga, um ponto a ser considerado é que o escritor conhecia as

²¹ Movimento cultural, intelectual e político europeu definido pela crítica ao absolutismo e valorização da razão, o que, inclusive, esclarece a oposição entre a sua nomenclatura, relacionada à luz, e o termo que designou à Idade Média, por conta de toda influência cristã ocidental: “Idade das Trevas”.

²² Pensamento originado da teoria da seleção social do biólogo Charles Darwin, no século XIX, e aplicada entre as sociedades humanas para legitimar a superioridade europeia diante dos demais povos. A hierarquia social foi usada como justificativa, por exemplo, para as investidas imperialistas.

cartas de Américo Vespúcio, as quais relatavam a sua chegada ao Brasil, incluindo as primeiras passagens daqueles portugueses por Fernando de Noronha. Isso porque, como exposto por Franco (1976, p. 80), embora More tenha dado a entender que as ideias tratadas em seu livro pertenciam exclusivamente a um plano imaginário, a obra foi composta por críticas e observações realistas à Inglaterra daquele tempo e sofreu influência dos escritos de Vespúcio, tanto que seu protagonista era um português companheiro da frota do navegador florentino.

Não suficiente, Ceccon (s.d., p.12) atribuiu importância à ausência de uma localização exata para o paraíso utópico do livro, o que, teoricamente, abriria a possibilidade de se tratar de qualquer ilha real. Ainda assim, a ecóloga evidencia a existência de outras interpretações, a exemplo de uma que sugere ser a ilha de Utopia o Ceilão – atual Sri Lanka – ocupado por Portugal quase na mesma época que o Brasil. Porém, indo além na tentativa de provar ser Fernando de Noronha a Utopia verídica, Franco (1976, p. 81-83) se dedicou a analisar elementos pequenos, mas que sugerem com maior validade a provável inspiração: o primeiro é que, no livro, a ilha é denominada como um país do Novo Mundo, expressão utilizada, na época, para se referir ao Continente Americano; o segundo surge com a menção de Rafael Hitlodeu, protagonista da obra, de que os europeus e o povo de Utopia se encontravam separados pela Linha do Equador, ou seja, se a Europa se localizava no Hemisfério Norte, assim como a América do Norte e Central, só restaria a América do Sul no Hemisfério Sul para essa contraposição; e o terceiro parte da observação de que o arquipélago de Fernando de Noronha, inicialmente, foi retratado nos mapas em forma de meia-lua, do mesmo modo que Utopia foi descrita por More.

Visto os relatos dos encantos naturais encontrados por Vespúcio ao passar pelo arquipélago brasileiro e que não havia qualquer indício humano por lá, não é de se impressionar que More cogitasse ser aquele o cenário ideal para criar sua sociedade fictícia e perfeita. A nível de aprofundamento, pode-se ainda fazer uma comparação entre parte do relato da quarta viagem de Vespúcio, em sua “Carta a Piero Soderini, Gonfaloneiro”, na qual conheceu Fernando de Noronha; e a narração do personagem Rafael Hitlodeu, ao encontrar Utopia pela primeira vez:

E quando navegamos 300 léguas sobre o [mar] monstruoso, quando já estávamos a três graus completos além do equador, ao sul, foi-nos revelada uma terra que poderia estar distante dali 12 léguas, com a qual ficamos

maravilhados. E descobrimos que era uma ilha no meio do mar e era um lugar muito alto e de natureza muito maravilhosa; porque tinha apenas duas léguas de comprimento e uma de largura. Nesta ilha nunca existiu nem habitou gente humana (Vespúcio, 1504. Tradução estadunidense: George Tyler Northup, 1916, p. 42, tradução nossa).²³

Estando já fora da linha equinocial, para o sul, bem três graus, descobriu-se uma terra... da qual nos maravilhamos e verificamos que era uma ilha no meio do mar, e era coisa muito alta, bem maravilhosa pela natureza porque não tinha mais de duas léguas de comprimento e uma de largo; a qual ilha foi habitada por gente nenhuma (More, 1935, p. 192 *apud* Franco, 1976, p. 82).

As semelhanças entre as duas passagens vai desde o mais supérfluo, como o destaque para a beleza e altura das ilhas, a observações precisas, a exemplo das dimensões – considerando apenas a ilha principal, no caso de Fernando de Noronha –, do destaque para ausência de pessoas residentes e da latitude. Esse último detalhe, inclusive, descarta outras possibilidades levantadas para ser a “Utopia da realidade”, como a Baía de Guanabara, localizada a pouco mais de 22° abaixo do equador, enquanto a Esmeralda do Atlântico²⁴ fica em torno de 3° e se encaixa perfeitamente com as coordenadas escolhidas por More. A própria ordem das pontuações feitas, em ambas as descrições acima, segue o mesmo padrão.

Independente se More visualizava ou não Fernando de Noronha como o local ideal para o surgimento de uma nova e melhor sociedade, as semelhanças sugerem que, de fato, houve uma inspiração no distrito estadual brasileiro para a criação de Utopia. E a atenção dada a essa teoria fornece duas relevantes constatações: desde o primeiro relato escrito que temos acesso sobre o arquipélago é destacada a sua natureza bela e chamativa; e quase meio milênio antes do processo de turistificação da Esmeralda do Atlântico, ela, indireta e possivelmente, serviu como estopim para a criação do conceito de utopia, antes mesmo que esse pudesse ser empregado para adjetivá-la.

²³ Em inglês, na tradução de Northup: “And when we had sailed full 300 leagues over the monstrous sea, when we were already three full degrees beyond the equator to the south, there was revealed to us a land which might be distant therefrom 12 leagues, at which we marvelled. And we found that it was an island in the midst of the sea, and it was a very high affair, and very marvellous in its nature; because it was only two leagues long and one broad. In this isle human folk never existed or dwelt”.

²⁴ Denominação conferida a Fernando de Noronha pelos estadunidenses do Posto de Observação de Mísseis Teleguiados, que residiram na ilha principal de 1957 a 1965, devido à coloração das águas que cercam o arquipélago (Mesquita, 2023).

Nesse contexto de descobertas ao Sul do Novo Mundo, como exposto por Dantas (2009, p. 55-56), que Vespúcio chegou a Fernando de Noronha, no dia 10 de agosto de 1503, após a sua nau se chocar contra um banco de recifes e naufragar. Assim, anunciou a descoberta daquelas ilhas, embora a aparição do arquipélago em dois outros mapas anteriores sugira o contrário.²⁵ Mais do que somente inspirar More em sua ilha de Utopia, Américo Vespúcio, enquanto escrevia sobre Fernando de Noronha, alimentou as narrativas do paraíso terrenal, especialmente pelos elementos que frisava e pela descrição carregada de deslumbramento:

Descobrimos que esta ilha era desabitada, com muitas fontes correntes de água doce, inúmeras árvores, cheia de tantas aves marinhas e terrestres que eram incontáveis. Eram tão dóceis que se deixavam apanhar pela mão; e pegamos tantos deles que carregamos um barco com eles. Ninguém viu nenhum animal além de ratos muito grandes, lagartos de suas caudas e algumas serpentes (Vespúcio, 1504. Tradução estadunidense: George Tyler Northup, 1916, p. 43, tradução nossa).²⁶

Uma ilha desabitada, sem perigo aparente – exceto pelo traiçoeiro mar e as pedras submersas, perigosas para as embarcações – e cheia de água doce, árvores e animais mansos. Vespúcio destacava pontos ideais para que ali se instaurasse moradia, embora não tenha sugerido isso em momento algum da sua carta. Depois dos relatos do navegador florentino, outras figuras se dedicaram a fazer seus próprios apontamentos sobre o arquipélago, na época conhecido como Quaresma, São João ou São Lourenço²⁷. Um deles, analisado por Dantas, foi o frade franciscano André

²⁵ Alguns estudiosos acreditam que a ilha descrita como *“Isla descubierta por Portugal”*, no mapa do navegador e cartógrafo espanhol Juan de la Cosa, datado de 1500, seria Fernando de Noronha, embora outros afirmem se tratar da Terra de Vera Cruz, como o navegador português Pedro Álvares Cabral chamou o Brasil ao chegar naquele mesmo ano. Contudo, há o Planisfério de Alberto Cantino, embaixador de Hércules I d’Este – Duque de Ferrara – que encomendou o mapa para um desconhecido cartógrafo português, no qual é possível identificar uma ilha ao lado do Brasil, na exata localização do arquipélago brasileiro, já em 1502 (Dantas, 2009, p. 56).

²⁶ Em inglês, na tradução de Northup: “We found this isle to be uninhabited, with many living springs of fresh water, innumerable trees, full of so many birds of the sea and land that they were without number. They were so simple that they let themselves be caught by the hand; and we caught so many of them that we loaded a boat with them. Nobody saw any animals other than very big rats, two-tailed lizards, and some serpents”.

²⁷ Quaresma é o nome que o arquipélago recebeu no Planisfério de Cantino; São Lourenço é a denominação que aparece em “Esmeraldo de Situ Orbis” (1505-1508), obra de cosmografia e navegação do português Duarte Pacheco Pereira, e muito provavelmente o nome veio da chegada de Vespúcio a Fernando de Noronha, no Dia de São Lourenço; por fim, o nome São João foi conferido ao conjunto de ilhas em sua carta de doação, em 24 de janeiro de 1504, por parte de D. Manuel I (1495-1521) para o fidalgo português e financiador da viagem de “descobrimento” Fernan de Loronha, do qual

Thevet, no ano de 1556. Voltando do Rio de Janeiro, após a implantação da “França Antártica”²⁸, o tripulante da esquadra do vice-almirante da Bretanha, Nicolas Durand de Villegaignon, escreveu:

[...] avistamos um incalculável número de aves, todas tão mansas que facilmente poderíamos carregar com elas um navio! Não conseguimos encontrar água doce, mas é bem verdade que não exploramos o suficiente o interior da ilha. Afora isto, trata-se de uma ilha maravilhosa, repleta de árvores que se conservam verdes durante a maior parte do ano, o que faz assemelhar-se a um prado verdejante em pleno mês de maio, embora se localize a 4 graus da Linha Equinocial. Não é impossível que esta ilha se torne habitada, (...) E se se der tal coisa, posso garantir que ela se transformaria num dos lugares mais belos e também mais ricos do mundo (Thevet, 1978, p. 215-216 *apud* Dantas, 2009, p. 58).

Ao contrário de Vespúcio, o frade Thevet logo fez questão de alimentar a ideia de prosperidade aos que ousassem tomar posse do arquipélago. Pode-se imaginar que suas intenções eram mais ligadas à colonização que faziam na atual Baía de Guanabara – ainda mais se for considerada a posição estratégica de Fernando de Noronha entre a Europa e o Brasil – do que por fins edênicos, mas um viés não necessariamente anula o outro. Mais um relato utilizado por Dantas, agora datado de 1612, foi o do missionário capuchinho Claude D’Abbeville, o qual fazia parte da expedição francesa rumo ao Maranhão para fundação de uma colônia:

Tem essa ilha cinco a seis léguas de circunferência; é muito bonita e agradável, com uma das melhores terras que se conheçam, naturalmente vigorosa, extremamente fértil e capaz de produzir grande variedade de produtos e dar grandes lucros. [...] [Nela, havia] uma grande multidão de pássaros de diversas espécies desconhecidas em nossa terra. Eram numeráveis, e o que mais nos alegrava eram serem bons de comer e fáceis de caçar, pois não somente se deixavam matar no ar e nas árvores a varetas, mas deixavam-se pegar em seus ninhos sem se mexerem (Abbeville, 1975, p. 47-48 *apud* Dantas, 2009, p. 60).

surgiu o atual nome do arquipélago diante de erros ortográficos e na pronúncia, e a doação fez dele a primeira Capitania Hereditária do Brasil, antes mesmo que o sistema fosse implantado pela metrópole portuguesa (Nascimento, 2010, p. 131).

²⁸ Colônia francesa no Rio de Janeiro, que durou de 1555 a 1560-1570 (havendo divergências entre os historiadores quanto à data exata da definitiva derrota francesa pelos portugueses).

A passagem de D'Abbeville traz um diferencial: a pontuação da abundância característica dos jardins edênicos, em especial pela fertilidade e possibilidades múltiplas que atribuiu à terra. De acordo com a historiadora Marieta Borges Silva (2007, p. 60), os relatos que apontavam água doce, árvores grandes e animais para alimento chamaram a atenção de comandantes para usarem a ilha principal como local de abastecimento das embarcações, garantindo a continuidade de uma viagem sem fome ou outras dificuldades. Seguiram-se, assim, mais descrições de tripulantes que por ali passavam, sempre a destacar a natureza exuberante, em especial as aves. Vale lembrar que, na mitologia cristã, as aves eram frequentemente mencionadas como exemplares da fauna, enquanto sinalizadoras do paraíso. Além do mais, como destacado por Dantas (2009, p. 60-63), os relatos destacados acima de Fernando de Noronha, assim como outros, contam com termos geralmente usados para recuperar as descrições do paraíso terreal. Portanto, muitos dos navegadores que passaram pelo Brasil e avistaram o arquipélago mesclaram em suas imagens descrições reais e de cunho científico com crenças e fantasias herdadas dos viajantes medievais.

Porém, paralelamente às belezas exaltadas, de acordo com os estudos de Dantas (2009, p. 24), percepções negativas também foram direcionadas à insula ao longo da Idade Moderna²⁹, acima de tudo associadas à natureza selvagem. Referiam-se aos ratos, responsáveis por devastar as colheitas; às queimaduras causadas pelo látex cáustico da Burra Leiteira (*Sapium sceleratum*)³⁰, a qual, inclusive, levou alguns a associarem o arquipélago a um local para se pagar os pecados; e à escassez de alimentos e presença de indígenas escravizados já no século XVII. Durante o domínio holandês da ilha, muitos já viviam em situação de degredo. À vista disso, as analogias a Fernando de Noronha ora eram direcionadas ao paraíso, ora ao inferno. Nesse viés, além de compreender quando e porque o arquipélago brasileiro começou a ser associado ao Éden terreno, faz-se essencial analisar, no próximo capítulo, como, em meio a contradições e oscilações entre apreciação e repúdio à natureza, a Esmeralda do Atlântico se consagrou positivamente enquanto “paraíso intocado”.

²⁹ Entende-se a Idade Moderna, de acordo com a história tradicional, enquanto período que vai do ano de 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, ao ano de 1789, no qual houve a queda da Bastilha, um dos principais símbolos iniciais da Revolução Francesa.

³⁰ Árvore que vai de cinco a dez metros de altura, conhecida por causar queimaduras na pele e nos olhos dos que encostam nela.

3 PREPARANDO O TERRENO: TRANSFORMAÇÃO DO PARAÍSO MÍTICO EM PARAÍSO TURÍSTICO

3.1 Mudanças na Relação Humano-Natureza

Tendo em vista a compreensão de como o arquipélago de Fernando de Noronha saiu do desabitado, porém cobijado, paraíso mítico para um dos destinos turísticos brasileiros mais conhecidos internacionalmente, é necessário levar em conta três principais fatores: o religioso, o simbólico-natural e o econômico. Só dessa forma se pode tentar entender, com maior clareza, a complexidade dessa transformação que nos leva a visualizar o arquipélago nos dias atuais.

3.1.1 Fator Religioso: Descrença no Paraíso Terreal

Conforme exposto por Delumeau (2004, p. 151-155), após o fim do século XVI, as imagens paradisíacas passaram a diminuir em volume, devido às projeções muito terrestres, o que era rejeitado pelos protestantes e gerou desconfiança nos católicos, depois do Concílio de Trento.³¹ Ainda assim, o Renascimento³² e o estilo Barroco³³ concretizaram em pedra imagens do céu paradisíaco, sobretudo em abóbodas e cúpulas, e deram às igrejas esse mesmo caráter oposto à vida cotidiana. Porém, no final do século XVIII, o historiador aponta que o declínio das evocações paradisíacas se fez sentir ainda mais, por um lado pela sobriedade na descrição do além pregada pelo protestantismo, por outro devido a outros fatores convergentes desde o século XVI, como a mitologia antiga em evidência a partir da Renascença; exaltação exacerbada dos reis pelo absolutismo merovíngio, tal como divindades; representações artísticas concretas do céu, ao invés de abstratas; e surgimento de

³¹ Concílio da Igreja Católica, realizado entre 1545 e 1563, na cidade italiana de Trento. Teve como principal objetivo alinhar e reafirmar os dogmas católicos diante da Reforma Protestante – movimento iniciado pelo monge alemão Martinho Lutero, o qual propôs uma reforma na religião cristã.

³² Movimento científico, cultural, econômico e político na transição entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, acontecido na Europa. Caracterizou-se, principalmente, pelo destaque da razão, em contraponto à fé medieval, e pela retomada das culturas clássicas da Antiguidade.

³³ Estilo artístico originado na Europa do século XVI, caracterizado principalmente pelos temas religiosos, dualidades, detalhamento, dramaticidade, rusticidade e cores vivas.

uma nova astronomia que rompeu com a sacralização do céu e com o geocentrismo.³⁴ A partir da mudança na forma de entender o universo, o paraíso parecia não existir em qualquer lugar físico.

Todavia, um discurso paralelo defendeu, ao longo da história cristã, a impossibilidade de se representar o paraíso, por não estar no domínio da humanidade entendê-lo, de acordo com Delumeau (2004, p. 155-156). Esse discurso ganhou maior notoriedade em um cenário no qual não era mais possível apontar a localização exata do jardim celeste. Após as guerras da modernidade e crescimento do individualismo, no entanto, o historiador define que o paraíso apareceu ainda como esperança para um futuro de autorreconciliação da humanidade e reencontro com os laços construídos na terra e com os seres do plano divino. Assim sendo, a busca religiosa pelo encontro do Éden terrestre já não fazia sentido.

Dantas (2009, p. 98) enfatiza que, para além do desânimo religioso, no que diz respeito a Fernando de Noronha, com o chegar do século XVIII, o arquipélago teve sua função paradisíaca ofuscada diante do início da fortificação da ilha e transformação dela em Colônia Correccional, em outubro de 1737, para protegê-la de novas tentativas de invasões³⁵ estrangeiras, ainda que a oficialização do regime civil do presídio tenha ocorrido apenas em 3 de outubro de 1833. Fosse pela violência, miséria, distância ou isolamento, o paraíso para os encarcerados na ilha³⁶ mais se assemelhava a um inferno. Desdobrar-se sobre essa época não faz parte da presente pesquisa, mas é suficiente entender que, nem mesmo em sua realidade particular, Fernando de Noronha conseguia ainda encantar como antes, perdendo aos poucos sua sacralização. Acrescenta-se ainda, de acordo com a historiadora Grazielle Nascimento (2010, p. 142), que é graças a esse tempo de presídio civil³⁷ – ao lado do

³⁴ Modelo cosmológico que admitia o planeta Terra como centro do universo, considerado forte e verídico desde a Grécia Antiga. A partir do século XVI, começou a perder espaço frente ao heliocentrismo, o qual definia ser o Sol o centro do mundo.

³⁵ Devido à sua localização geoestratégica no Atlântico Sul, Fernando de Noronha sofreu invasões e ocupações holandesas (1629-1654) e francesas (1734-1737), neste último caso sendo a motivação final para a Coroa Portuguesa e a Capitania de Pernambuco começarem a ocupação definitiva do território (Nascimento, 2013).

³⁶ Uma das formas mais comuns de se dirigir ao arquipélago, assim como “Noronha”, tendo em vista ser habitada apenas a ilha principal de mesmo nome.

³⁷ Fernando de Noronha permaneceu 201 anos como colônia correccional (1737-1938), para onde eram mandados os degredados, como forma de limpar o tecido social para o restante do Brasil (Nascimento, 2010).

de presídio político³⁸ e do tempo dos coronéis³⁹ – que a história do arquipélago é sustentada pelos pilares do esquecimento, isolamento, disciplina e transgressões, os quais cada vez mais rompiam com a visão fantasiosa que cercava o conjunto de ilhas.⁴⁰

3.1.2 Fator Simbólico-Natural: Dualidades e Arcádias

Inicialmente, faz-se necessário determinar qual a visão de natureza empreendida aqui. Como exposto pela historiadora brasileira Regina Horta Duarte (2005), o universo independe da humanidade. Mesmo se a nossa espécie fosse erradicada, a natureza continuaria a existir, mas a necessidade de se absorver essa autonomia afeta o autocentrismo humano, por acreditar existir o mundo inteiro apenas em sua função; esse pensamento de domínio sobre o meio que, por toda a história, levou a nossa espécie a fazer dele o que fosse mais conveniente, sem grandes receios. Paralelamente, em certo sentido, Duarte salienta ser a natureza também uma criação de nossas mentes, ao passo em que tudo ao nosso redor tem um olhar influenciado por nossas crenças, anseios e cultura, de forma geral. A isso, o historiador Donald Worster contribuiu:

A natureza não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente de forma menos sistemática possível. Todo indivíduo e toda cultura criam esses aglomerados. [...] A natureza é uma ordem e um processo que nós não criamos, e ela continuará a existir na nossa ausência. [...] Ainda assim, a natureza é também uma criação das nossas mentes, e por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, por si mesma e para si mesma, em grande medida caímos presos nas grades da nossa

³⁸ De 1938 a 1942, época do Estado Novo – ditadura de Getúlio Vargas – o arquipélago se tornou um Presídio Político, para o qual eram enviados todos com ideias “subversivas” ao governo. Mesmo após isso, em especial depois do golpe militar de 1964, Fernando de Noronha continuou a receber prisioneiros, ainda que não carregasse mais o título de cárcere.

³⁹ Alusão aos “coronéis oficialmente regidos pelas instâncias militares, a qual administrava e salvaguardava a ilha para os brasileiros. Um coronelismo, por assim dizer, a mando do gestor da ordem nacional e que seguia códigos e ordens de condutas morais e militares” (Nascimento, s.d.). Durou de 1942 a 1987, época em que o arquipélago estava reconhecido como Território Federal, passando pelo Ministério do Exército (1942-1981), Ministério da Aeronáutica (1981-1986) e Estado Maior das Forças Armadas – EMFA (1986-1987).

⁴⁰ Para aprofundar esse tema, ler Lima (2008).

própria consciência e nas nossas redes de significados (Worster, 1991, p. 210).

Sendo assim, ao longo do tempo, o termo natureza já carregou diferentes definições, como também em locais e entre grupos distintos continua carregando. Worster ainda rejeitou a separação extrema entre a humanidade e o meio natural, ao declarar que os seres humanos fazem parte do sistema natural enquanto portadores de cultura e enquanto organismo biológicos, nesse último caso sendo jamais possível viver em completa independência em relação à natureza. Afirmou, no entanto, ser importante diferenciar a natureza da "segunda natureza"⁴¹, aquela feita a partir da nossa cultura. Não para manter a visão de exclusividade humana; pelo contrário, para lembrar que nem tudo parte de nós, uma vez que existem forças externas que estimulam reações, defesas e ambições. Assim, o conceito de natureza, empregado nesse estudo, parte de um sentido mais restrito que a entende como o que não é humano nem provém de suas origens, embora considere a noção de que a humanidade não está à parte do mundo natural e suas criações partem da transformação dele. Isso porque, conforme Passmore (2011), nós e nossas criações estamos integrados à natureza, uma vez que somos sujeitos às leis naturais, assim como qualquer outra criatura. Nas palavras de Diegues (2008, p. 50), de acordo com uma visão naturalista, "o homem é a natureza, e a natureza seu mundo".

O conceito de arcádia, importante para se entender a relação que a sociedade ocidental estabeleceu com o ambiente⁴², foi empregado pelo historiador britânico Simon Schama (1995). Para o autor, sempre existiram mutuamente dois tipos: a idílica, marcada pela tranquilidade, harmonia e ordem; e a selvagem, receptáculo de caos, sombras e pânico primitivo. Duas formas de se conceber a natureza, frutos da imaginação urbana, que se distanciaram ou se cruzaram a depender da época, local e sociedade que lhes deram significado. A partir dessa compreensão, entende-se que a humanidade reproduz incansavelmente essas arcádias, seja em seus jardins

⁴¹ "Com raízes que parecem nos remeter a Cícero, na Roma antiga, o duo terminológico-conceitual *erste Natur* (primeira natureza) e *zweite Natur* (segunda natureza), utilizado por filósofos alemães como Schelling e Hegel no início do século XIX, e depois retomado pelo geógrafo anarquista Élisée Reclus (1830-1905) e pelo pensamento marxista, possui a vantagem de empregar a palavra 'natureza' (*Natur*) como terreno comum" (Souza, 2019, p. 55).

⁴² Entende-se ambiente na concepção de Souza (2019), de acordo com o qual o conceito conecta às ideias do espaço geográfico [esferas que formam o meio: litosfera, atmosfera, biosfera, hidrosfera, criosfera e, ainda, a tecnosfera] com as da natureza. Dessa forma, ambiente abarca o conjunto de organismos vivos e seu contexto físico, o que inclui a humanidade histórica e culturalmente situada.

particulares, seja em grandes zoológicos, estufas e parques públicos. Por vezes, essa visão se espelhou em bosques, florestas ou mesmo em ilhas, essas últimas reconhecidas como ambientes distantes da urbanização e de fauna e flora atrativas.

Partindo para as origens, Schama ressalta que os primeiros árcades, da Antiguidade, tinham a bestialidade, a divindade Pã⁴³, suas criaturas, o primitivismo e a fecundidade da natureza como principais marcas. Tratavam-se de caçadores coletores, guerreiros e sensualistas que habitavam uma paisagem famosa pelo rigor do clima. Com o passar das gerações de poetas gregos, no entanto, o historiador evidencia que a selvageria e as criaturas míticas foram sumindo; Pã deu espaço à fecundidade espontânea da natureza; e a cidade e o mundo dos negócios humanos passou a aparecer, em uma arcádia agora reinventada. Nesta, as pessoas não se assemelhavam aos animais, mas os animais tinham um senso de organização humano. Não à toa, a vaca e a abelha assumiram o posto de criaturas rústicas ideais, a primeira pela tranquilidade e obediência e a segunda devido à virtude social e política. Ou seja, ao mesmo tempo em que se evocava as formas naturais, buscava-se corrigi-las a fim de eliminar o “estranho” ao humano.

Tal vontade de domar a natureza, torná-la “comportada”, foi bastante influenciada pela crença estoico-cristã⁴⁴ de que “todos os processos naturais existem ou como uma ajuda material aos homens, ou como um guia espiritual, lembrando seu estado corrupto através do dilúvio, vulcões e tempestades” (Passmore, 2011, p. 2). A ideia de que tudo existia para servir ao humano – afinal, o humano foi feito à imagem do Criador – fez a natureza ser vista como algo a ser utilizado, não respeitado. Assim, Schama afirma que, com a visão de submissão natural, o ideal de vida campestre, tal qual seria evidenciado com o humanismo renascentista⁴⁵, nasceu como um corretivo contra a corrupção, intrigas e doenças da cidade, fazendo da arcádia redesenhada um produto da mente organizada.

Schama acrescenta também que essa literatura pastoril concebeu, na renascença, a obra “Arcádia”, do italiano Jacopo Sannazaro, a qual foi publicada na Veneza de 1519. Reciclou-se o amor frustrado em cenários encantadores e a idade

⁴³ Deus grego dos bosques, dos rebanhos e dos pastores. Geralmente é retratado como um Sátiro, criatura metade humano e metade bode.

⁴⁴ Parte do entendimento consensual entre o estoicismo, doutrina da Grécia Antiga fundada pelo filósofo Zenão de Cítio (335-264 AEC.), e o cristianismo a respeito da unicidade e razão humana, o que levava a não existir consideração moral em relação aos objetos naturais, exceto se pertencessem a alguém.

⁴⁵ Movimento vinculado ao antropocentrismo que, diante do teocentrismo da Idade Média, a partir do final desse período, buscou valorizar o aspecto humano e seus desdobramentos.

do ouro, no qual o campo pertencia a todos com grande abundância e tempos de paz. Contudo, o historiador britânico frisa que os humanistas renascentistas gostavam de percorrer a fronteira entre o sagrado e o profano, incluindo emoções sombrias, bosques escuros e paisagens eróticas em suas obras. Ao passo em que se criavam jardins com lugares de mata, água e rocha – em forma de um bosque sagrado – também existiam áreas de prazer pagão, geralmente escondidas no fundo das casas ou dos parques, como santuário consagrado às ninfas.⁴⁶ Dessa forma, Schama determina que, enquanto o jardim botânico se popularizava como forma de recriar a totalidade botânica do Éden e de natureza domesticada, muitas vezes se procurava recuperar os elementos do mundo primitivo no abrigo do jardim.

Ainda no século XVI, segundo Castro (2021, p. 75-78), ocorreu uma importante mudança de entendimento em relação ao mar, que antes causava tanto temor aos cristãos: poetas e escritores começaram a utilizar as visões do oceano como fontes de inspiração, caminhar pelas praias, observar a variação de cores, reflexos e movimentos. O geógrafo soma a isso o início do movimento religioso francês, no século seguinte, de admiração da natureza enquanto dádiva divina: a teologia natural. De acordo com essa visão, as manifestações naturais eram ações motivadas pela bondade de Deus, o que fazia do mar uma fonte de recursos importantes para a vida humana. Castro (2021, p. 79-80) complementa que o avanço da navegação, principalmente quando antigos locais de paragem se converteram em pontos de negociação de mercadoria e reposição de mantimentos, e o gosto que as elites desenvolveram pelas zonas praieiras terminaram de transformar a praia em um ambiente de boas energias e de atividades para purificação mental, física e espiritual.

Igualmente relevante para essa mudança de concepção em relação às águas salgadas, ainda conforme Castro (2021, p. 82-84), foi o discurso médico quanto aos benefícios em frequentar as praias, o qual se destacou inicialmente na costa mediterrânea e na Inglaterra do século XVIII. Além de ser defendido que esses locais aliviavam o temperamento melancólico, as elites inglesas passaram a procurá-los como fuga dos espaços urbanos. Rumo ao século XIX, o geógrafo destaca que os banhos de mar se transformaram em receitas para múltiplas doenças e desvios de conduta, e, no século XX, estruturas foram construídas para utilização prolongada, as roupas reduzidas e os horários de utilização modificados diante do calor, embora o

⁴⁶ Espíritos naturais femininos, da mitologia grega, que se interligam com diferentes partes da natureza, a exemplo de florestas, rios ou mares.

bronzeamento também tenha surgido com a elite nesse período. É dessa forma que Castro (2021, p. 85-86) conclui o litoral ter reunido diversos elementos naturais característicos do paraíso terreal nos séculos anteriores: ideias de abundância, de cura, de descanso e liberdade aos merecedores. Contudo, como já destacado, o mítico foi perdendo força frente à riqueza, consumo, status e sensação de liberdade.

Após a difusão do pensamento cartesiano-platônico⁴⁷, diante do qual, de acordo com Passmore (2011), a ciência ocidental pregou a compreensão natural através de leis e transformação por meio da tecnologia, e da tradição ocidental hegeliana⁴⁸, que defendia ser apenas a humanidade capaz de conferir caráter de realidade à natureza, durante o século XIX, as sociedades europeias assistiram ao surgimento de jardins-zoológicos, que Schama (1995) enfatiza terem como premissa levar o exótico e o selvagem ao centro da vida urbana, numa verdadeira domesticação da arcádia selvagem. Seus criadores buscavam reproduzir microambientes tropicais da forma mais fiel possível e enriquecê-los com espécies diversas. Por sinal, o historiador destaca que seres humanos considerados primitivos também eram transportados para alguns desses zoológicos. O avanço tecnológico, segundo o autor, logo permitiu agrupar mata, água e rocha naqueles espaços internos, em uma ilusão perfeita do Éden, a arcádia original, mas sem os riscos que apresentava, o que fazia dessa uma representação máxima do controle do meio natural. Oscilava-se, assim, entre enxergar a natureza selvagem como perigosa e valorizá-la apenas diante de uma domesticação, ou um culto ao intocado e originário frente à artificialização humana. A cartada final para essa dualidade, a favor dos paraísos litorâneos, entra com o entendimento do último fator a ser analisado, o econômico.

3.1.3 Fator Econômico: Uma Árvore em Pé Pode Valer Mais que Muitas Deitadas

Ainda no que diz respeito às arcádias, Schama (1995) detalha que a primeira efetivamente popular nasceu no centro da floresta francesa de Fontainebleau, na década de 1830. O historiador relata que Claude François Denecourt, ex-sargento do exército napoleônico, foi adotado pelos românticos como gênio guardião da floresta, por tê-la devolvido do Estado imperial ao povo, ao inventar a ideia de trilha na selva.

⁴⁷ Referente ao filósofo da Antiguidade grega Platão (427/428-347/348 AEC.) e ao filósofo francês René Descartes (1596-1650).

⁴⁸ Relativo ao filósofo Georg Hegel (1770-1831).

Em um esforço para adentrar, medir e mapear a mata, descritiva e poeticamente, Denecourt passou a criar um grande atrativo. Nomeou elementos vivos e não vivos, ampliou e multiplicou cavernas, pintou setas para diferentes trilhas, propagou fábulas e mitos históricos, divulgou mapas e guias e estabeleceu diversos negócios, que iam de confeitarias e restaurantes a hotéis e lojas temáticas da floresta. Até mesmo pacotes rápidos foram criados para os que tinham pouco tempo. Assim, Denecourt foi nomeado conservador chefe da mata e considerado um gênio, capaz de transformar a natureza em um divertimento público.

Outro caso digno de destaque, também do livro de Schama, é o da primeira reserva natural do mundo: o Parque Nacional de Yellowstone. A proteção que ganhou não foi por uma consciência ambiental já no século XIX, mas pela aura de santidade heroica que os estadunidenses atribuíram ao bosque das Grandes Árvores – ligando-o ao cristianismo, especialmente por não ser criação humana – e pela impressão de que era um panteão botânico da América, sobretudo ao ter seus exemplares batizados com nomes de grandes figuras dos EUA. A partir disso, principalmente nas ilustrações, passou-se a existir uma valorização da natureza selvagem americana e de seus elementos, como os povos autóctones do continente. No entanto, Schama observa que os mesmos clientes dessas obras eram comerciantes responsáveis por empreendimentos lucrativos que os levavam a destruir justamente o fetiche que exibiam como quadros em suas paredes. Ainda que contraditório, percebe-se, portanto, que o capitalismo industrial e a veneração da floresta coexistiam nas mesmas personalidades, sem que a ciência e o capitalismo tivessem esvaziado completamente o mito e a lembrança da natureza da religião natural moderna.

Ao se tomar como base a forma como a Floresta de Fontainebleau e o Parque Nacional de Yellowstone se transformaram em atrativos extremamente lucrativos, de modo a ilusoriamente afastar a visão pagã que era direcionada a eles e aumentar a longevidade do lucro, ao invés de simplesmente se cortar as árvores e não haver nada mais para se aproveitar financeiramente depois, não é difícil imaginar que muitas figuras tenham notado o quanto a natureza podia ser tornar um meio turística e economicamente proveitoso. A partir da apropriação turística, conforme Duarte (2005, p. 79-82), descobriu-se, então, a natureza ser um ótimo bem comercial, influenciando a venda de pacotes turísticos, livros com imagens de florestas e animais, artesanato indígena, etc. Assim, parte da ideia do meio natural enquanto lembrança do Éden as apropriações turísticas de convite para o paraíso, vendendo uma natureza mais

“verdadeira”, “quase intocada”, que recupera as “antigas conexões e sintonia entre as pessoas e o meio natural”. Aquela arcádia selvagem conseguia, agora, gerar tanto dinheiro quanto a domesticada nos jardins-zoológicos.

Ainda a respeito disso, o cientista social Diegues (2008) destaca ser o Parque Nacional de Yellowstone o primeiro do modelo de criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos a se propagar por outros países, de modo a originar espaços públicos de grande beleza cênica para conversação ambiental e reverência à natureza selvagem, por parte da população urbana. Buscava-se, portanto, proteger a natureza intocada⁴⁹, afastando-a da humanidade, exceto por visitas que evocavam a lembrança do paraíso perdido, como lugar de repouso e limpeza espiritual. Diegues evidencia ainda, nesse sentido, que a confecção desses parques partia mais uma visão antropocêntrica do que uma valorização do meio natural, além de as áreas escolhidas serem sempre as de maior valor estético pelo ponto de vista ocidental. Sendo assim, apesar da inexistência dessa natureza de fato intocada e intocável, por todo o globo terrestre já ter, de alguma forma, sido afetado pela vida humana, os responsáveis pelas áreas dos parques e reservas usualmente se aproveitam desse mito moderno para justificar sua proteção e também atrair mais investidores e visitantes. Para além, o cientista social expõe que, sem considerar as particularidades ecológica, social e cultural de cada país, o modelo estadunidense foi transposto para outros países, de forma a gerar custos ambientais e sociais, a exemplo dos conflitos fundiários e das questões étnicas.⁵⁰

No caso brasileiro, o historiador Pádua (2002) evidencia que, desde o período colonial⁵¹, a tradição edênica expressa culturalmente, que descrevia o território como o paraíso terrestre, só reforçava o duplo movimento de simpatia cultural e elogio laudatório da natureza, de um lado, e contínua agressão contra as suas principais

⁴⁹ Percepção urbana, nascida de pessoas com vivências distantes dos ambientes menos industriais, e persistente pela permanência de crenças antigas e elementos da ciência moderna responsáveis por promover o afastamento humano das análises dos ecossistemas e da própria biodiversidade (Diegues, 2008).

⁵⁰ Sobre a chegada desse modelo ao Brasil, embora em 1876 o abolicionista André Rebouças já propusesse a criação de parques nacionais nos moldes estadunidenses, somente em 1937 foi feito o primeiro deles no país, em Itatiaia, sob ideia de incentivo à pesquisa científica e lazer às populações urbanas. Contudo, apenas em setembro de 1944, diante do Decreto nº 16.677, que os objetivos dos Parques Nacionais foram devidamente estabelecidos no Brasil, abarcando funções educativas, lúdicas e de pesquisa; e a partir da sua criação em 1967, foram administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), relacionado com o Ministério da Agricultura (Diegues, 2008).

⁵¹ O Brasil Colônia durou da chegada dos portugueses ao território brasileiro, no início do século XVI, até o início do século XIX, com a independência brasileira em 1822, depois de Dom Pedro I se recusar a voltar para Portugal.

manifestações, do outro. Em meio ao desmatamento, queimadas e poluição dos rios, apenas para se citar alguns exemplos, começou a surgir um apelo político-intelectual contra essas práticas. Como exposto pelo autor, ao promover a valorização da natureza selvagem, a cultura romântica⁵² se tornou uma influência positiva contra a destruição humana. Juntamente a ela, a economia da natureza⁵³ permitia ver o ambiente como dotado de uma legalidade que manifestava seu próprio funcionamento; e a fisiocracia⁵⁴ criticava a falta de zelo dos proprietários rurais, o artificialismo e consumo perdulário da elite urbana, e o escravismo, por promover a ociosidade dos referidos proprietários. Contudo, não se pode perder de vista que todas essas iniciativas correspondiam a uma perspectiva utilitarista, sob um viés estritamente antropocêntrico e desde já marcado por um conflito entre interesses públicos e privados. Não se pensava no consumo consciente dos recursos naturais por empatia pela natureza, mas em prol do progresso econômico, especialmente de acordo com o ideal iluminista.

Com apoio das investigações científicas e das expedições pelo território brasileiro de diversos intelectuais, fossem do meio acadêmico ou artístico, a década de 1930 acompanhou a valorização da natureza dentro das dimensões estética e cultural. Conforme Sandeville Jr (2002, p. 147), observações como as da UNESCO foram pioneiras na preocupação com a conservação dos ambientes naturais, sobretudo ao destacar que restava apenas 8,81% da Mata Atlântica original. Igualmente alarmante foi a descoberta de que, entre as 202 espécies que se encontravam sob risco de extinção no país, pelo menos 171 delas viviam nas remanescências do referido bioma. O autor aponta que, com o passar do tempo, o fundamento estético da conservação deu espaço para os conceitos de ecossistema e biodiversidade, os quais pediam estratégias para o desenvolvimento sustentável e a valorização das comunidades. As conferências internacionais passaram a servir de referência para as ações dos diversos países, em uma nova ética de respeito à

⁵² Referente ao Romantismo, movimento cultural do século XVIII, que exprimia especialmente o pensamento da burguesia, com valores como a liberdade, nacionalismo e culto à natureza e à imaginação.

⁵³ De acordo com a economia da natureza, Deus “criava os seres e os espaços naturais, dotando-os de leis que orientavam o seu comportamento específico e promoviam, desde que obedecidas, um equilíbrio funcional” (Pádua, 2002, p. 44).

⁵⁴ A economia fisiocrata, surgida no século XVIII, atribuía a riqueza das nações unicamente ao valor e desenvolvimento das terras, destacando o valor econômico fundamental da natureza (*Ibidem*).

natureza e à diversidade cultural, pregando a união de todas as nações para a sustentabilidade global. Em paralelo a isso, acrescenta Dantas:

No mundo moderno, as ilhas invadiram os meios de comunicação sendo vistas como últimos redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranquilo, configurando-se como um dos símbolos mais claros do exotismo. Turistas, fotógrafos, jornalistas e escritores, cada vez mais respondem aos apelos da magia insular, viajando para pequenos pedaços de terra no oceano, à procura de fragmentos de um paraíso que teria se mantido intacto ante os avanços da História e da sociedade moderna. [...] Através do turismo, a ideia de Paraíso perdido numa forma terrena e atraente ressurgiu (Dantas, 2009, p. 15).

É dessa forma que, devido aos deslocamentos de viajantes que buscavam paragens distantes das capitais, na década de 1960, Castro (2021, p. 24-25) determina que os balneários litorâneos foram gradualmente incluídos no grupo de locais potencialmente turísticos no litoral brasileiro. Mais dados levantados por Sandeville Jr. (2002, 152-153) atestam que, no início da década de 1970, o turismo foi o terceiro maior produtor de riqueza, gerando 100 bilhões de dólares, equivalente a 6% do PIB⁵⁵ global, e atrás apenas da indústria bélica e do petróleo. Locais que antes eram vilas isoladas com poucos moradores se transformaram gradativamente em cidades de serviços e cheias de hotéis, com populações dezenas de vezes maiores que antes. Assim, de acordo com o autor, as imagens do paraíso natural e o desejo de consumo ocultam a dramaticidade dos conflitos históricos e das desigualdades sociais dos nativos; caso esse que se aplica a diversas ilhas que se converteram em atrativos turísticos, como Cancún e Fernando de Noronha. Nascia-se, assim, o que Castro denomina de paraíso turístico:

Trata-se de espaço litorâneo onde os aspectos naturais marinhos e/ou terrestres revestem-se de considerável exuberância e passam por processos de patrimonialização, fazendo claras referências ao jardim primordial. [...] Por suas excepcionabilidades, os paraísos turísticos têm dinâmica associada à forte participação de fluxos nacionais e estrangeiros, apresentando taxas superiores às médias regional ou nacional e posicionando-se entre as duas

⁵⁵ Produto Interno Bruto: soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano e de acordo com a sua respectiva moeda. (Brasil, [s.d.]).

ou três principais destinações turísticas dos respectivos estados. Desta forma, possuem economia e função urbana fortemente ligadas à atividade turística, a qual passa a ser incorporada como marca daquelas destinações (Castro, 2021, p. 339).

Dentro dessa dinâmica, portanto, Castro (2021, p. 119-120) afirma coexistir a função turística como prática social de viajantes com a de atividade econômica que demanda atuação do mercado. Diante disso, com a chegada dos primeiros visitantes aos paraísos turísticos litorâneos, o geógrafo relata terem surgido demandas por serviços e produtos, sobretudo no que tange hospedagem e alimentação. Como, inicialmente, não havia cadeia produtiva turística local, os próprios residentes atendiam minimamente a essas necessidades. Com o passar do tempo, e aumento do número de turistas, os nativos melhoraram seus serviços e passaram a cobrar por eles, até que empreendedores externos chegaram também, aumentando e variando essa cadeia produtiva. Muitos residentes acabaram por comercializar os seus imóveis e terrenos, arrendando-os, e migrando para o continente. Essa trajetória comum aos paraísos litorâneos, traçada pelo geógrafo, define exatamente como se deu o processo de turistificação de Fernando de Noronha. Não à toa, por se tratar de um.

Nos últimos anos do século XX, segundo Castro (2021, p. 125), empreendedores e gestores dos paraísos turísticos se apropriaram dos valores socialmente aceitos para qualificar espaços voltados ao descanso, de busca por autoconhecimento e liberação dos desejos reprimidos pela sociedade urbana. Porém, o geógrafo frisa ser o compromisso mais com a construção de uma aura idílica e fantasiosa da viagem do que com a realidade do que se encontrava nela. Assim, nas propagandas, aponta que as praias, serviços de luxo e demais aspectos idílicos dos espaços litorâneos ganhavam destaque: o verde intocado, culturalidades valorosas e um luxo restrito a poucos.

Ainda para Castro (2021, p. 135), o discurso político garantia aos nativos desses locais esperanças de superação de dificuldades sociais, espaciais e econômicas, mas dificilmente eles se tornaram os mais beneficiados. Assim, “o discurso da indústria do turismo tem o objetivo de viabilizar a recepção dos residentes e convencer, inclusive moradores das áreas distantes, sobre a importância da atividade para o território” (2021, p. 137). Na década de 1970, os órgãos de divulgação turística do Brasil não focaram no planejamento. Ao invés disso, o geógrafo aponta

terem optado por destacar questionáveis atrativos do país: patrimônios históricos e naturais e estereótipos dos habitantes, a exemplo do uso insistente dos corpos femininos pouco cobertos.

Nesse contínuo processo, o turismo transformou a ideia de paraíso perdido em uma forma atraente e acessível, utilizando termos sacros na adjetivação dos destinos para qualificá-los como excepcionais diante dos demais. Usava-se o mito para influenciar a realidade: “Adjetivar uma localização como paradisíaca significa conferir a esta uma carga histórica que envolve anseios religiosos, culturais, econômicos e sociais” (Castro, 2021, p. 149). Desse modo, o geógrafo entende que a prevalência do litoral como representação paradisíaca da modernidade parte tanto da presença massiva dos elementos naturais existentes nele, quanto da lembrança evocada da natureza intocada antes da expansão humana. Outro paralelo que encontra entre os paraísos é o da exclusividade. Se antes só os justos e heroicos podiam entrar no paraíso mítico, ao turístico e luxuoso cabem os que possuem dinheiro para serem bem servidos. É nesse viés que, em uma tentativa de conceituar o paraíso vendido pelas revistas turísticas, Castro o descreve como:

Destino à beira mar repleto de patrimônios naturais (fauna e flora) relativamente preservados que simulam a natureza primitiva, permitindo ao turista o contato através de esportes náuticos e de aventura. Neste edênico moderno o turista busca o contato, em diversos níveis, com o patrimônio cultural e vivencial do destino visitado, ao passo que usufrui de serviços de elevado padrão, permitindo que os momentos de descanso sejam efetivos e repletos de regalias (Castro, 2021, p. 166).

À vista disto, ambos os paraísos – religioso e turístico – evocam tranquilidade, saúde, seletividade e muita natureza. Castro (2021, p. 216-217) ainda cita dificuldades para alcançá-los, tal qual os perigos oferecidos pelo mar aos navegantes antigos, por serem comuns condições precárias de acesso aos paraísos atuais, como vias de terra batida e pavimentos que não impermeabilizam o solo, embora o acesso relativamente dificultado contribua para a atmosfera paradisíaca de descanso pós-dificuldades. Veículos tracionados, embarcações e demais transportes para se chegar a esses locais acabaram se tornando parte da experiência almejada pelos visitantes. Outro aspecto em comum, traçado pelo geógrafo, entre os paraísos litorâneos diz respeito às condições mais rústicas do tecido urbano, lembrando o estilo tradicional das vilas

de pescadores e se distinguindo ao máximo dos modos de vida citadinos. Junto ao ideal da praia deserta e vegetação costeira se juntaram equipamentos e atrativos turísticos, mas ainda se prezava por não urbanizar tanto essas regiões, uma vez que “manter a ideia de vila, de oásis isolado à beira mar, é mais importante para a imagem turística destas destinações que apenas permitir crescimento desenfreado do tecido urbano” (Castro, 2021, p. 244).

É importante destacar que o ramo turístico foi se provando cada vez mais rentável no país. Em 1994, segundo Sandeville Jr. (2002, p. 154), o turismo movimentou cerca de US\$45 bilhões e empregou 6 milhões de trabalhadores, com um movimento salarial de US\$16 bilhões. Investiu-se, ainda, cerca de US\$20 milhões em 19 Parques Nacionais para melhorias de infraestrutura. Pires (2010, p. 126) complementa que, menos de uma década depois, em 2002, a Organização Mundial do Turismo apontou que o Brasil marcou a posição 34º no ranking dos países mais procurados para esse fim. Diante disso, o Ministério do Turismo (MTur) confeccionou o Plano Nacional do Turismo (PNT), no qual desenvolveu o “Programa Brasil: Destino Turístico Internacional”. A diretriz desse programa determinava que:

A promoção do turismo brasileiro no mercado internacional terá como conceito estratégico a diversificação da imagem do país. O trabalho de marketing irá orientar a construção do Brasil como destino turístico de natureza exuberante, sol e praia, do carnaval e do futebol, mas sobretudo, irá comunicar uma nova mensagem de país moderno, com credibilidade, alegre, jovem e hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, novas experiências aos visitantes, realizar negócios, eventos e incentivos e ser competitivo internacionalmente (Brasil, 2003b, p. 17 *apud* Pires, 2010, p. 126).

Assim, investia-se na imagem a ser vendida fora do Brasil, explorando estereótipos que foram cristalizados internacionalmente e propagando a natureza nacional chamativa e convidativa. Nesse viés que, de acordo com Castro (2021, p. 313), na primeira década do século XXI, os paraísos turísticos foram agregados às ações de planejamento regional do litoral brasileiro e as políticas públicas de turismo investiram em requalificar as destinações, por meio da complementação das capacidades municipais, melhorando as infraestruturas básicas. Igualmente relevante é o dado levantado por Diegues (2008, p. 20) quanto ao aumento da quantidade de áreas

protegidas no país: se no ano de 1985 existiam 15 milhões, 15,2% do território nacional era correspondido por elas em 2007. Conforme o autor, esse crescimento foi influenciado tanto pela devastação das florestas e perda da biodiversidade, quanto pela disponibilidade de fundos internacionais e pela processo de turistificação de muitos desses parques.

Dessa forma, entende-se que a confluência entre a descrença na existência de um paraíso terreal religioso; as oscilações na forma de enxergar o meio natural, pendendo na atualidade para a valorização dele; e a possibilidade de lucro descoberta nos usos da natureza selvagem, sobretudo no que diz respeito ao surgimento da concepção de paraísos litorâneos e ao nascimento do mito da natureza intocada, criou todas as condições para que, após os anos de presídio e governo dos coronéis, Fernando de Noronha não apenas recuperasse a força da sua idealização como também se tornasse um cobiçado paraíso turístico. Entretanto, mais do que apenas entender o arquipélago dentro da grande turistificação dos balneários litorâneos do Brasil, é importante examinar o início da sua transformação turística própria.

3.2 Primeiros Passos do Turismo Noronhense: Pré-Constituição de 1988

Conforme Marieta Borges Silva (2007, p. 276-279), apesar das descrições sempre presentes da beleza cênica, o turismo não era o foco para os coronéis que comandavam Fernando de Noronha. Primeiro porque a ideia era manter o arquipélago como área de segurança nacional, segundo pelo fato dos serviços na época mal garantirem qualidade de vida para os moradores comuns e militares. De acordo com a historiadora, a primeira movimentação nesse sentido foi em 1949, quando o deputado federal Costa Porto apresentou um projeto à Câmara Federal, propondo ações de reconhecimento e investimento no potencial turístico de Fernando de Noronha. Mesquita (2023) aponta que, pouco depois, em 1952, surgiu o Novo Hotel Casa 16, primeiro equipamento hoteleiro noronhense, localizado na Vila dos Remédios.⁵⁶ Após reformas, até 1957, acrescentou refeitório, bar, cozinha, despensa, depósito e seis apartamentos. Também na Vila dos Remédios, a jornalista afirmar ter nascido a Pousada de Dona Pituca, pouco antes de a companhia aérea Cruzeiro Sul passar a fazer viagens para a ilha, levando alimentos e visitantes.

⁵⁶ Primeiro e principal núcleo urbano de Fernando de Noronha, desde 1737 (Silva, 2007, p. 95).

Estudos foram realizados pela Combratur (Companhia Brasileira de Turismo), em 1959, a pedido do Coronel Francisco Costa, em relação ao aproveitamento turístico, segundo Silva (2007, p. 279), não geraram resultado. Contudo, de acordo com a historiadora, por iniciativa da empresa recifense Luck Receptivo, em 1963, aviões pequenos passaram a levar poucos turistas para a ilha. Ainda assim, destaca que o incentivo ao turismo noronhense não parecia vingar. Com a saída dos estadunidenses do POT⁵⁷, a partir de 1965, a base ganhou várias destinações, até se converter na Pousada Esmeralda, gerida pelo Departamento de Turismo do Exército – DETURP. Ávila (2008) observa que, na segunda metade desta década de 1960, chegavam cerca de 60 visitantes por vez na ilha, recebidos por um capitão e acomodados na pousada, que, alguns anos depois, estaria oferecendo emprego em jornais. Chama a atenção também para a amizade do repórter Francisco José com o pescador e mergulhador Severino Rodrigues dos Santos, conhecido como Seu Biu, nascida nos anos 60, como porta de entrada para mergulhos com a equipe da Globo, contribuindo para a divulgação do arquipélago já naquela época. Dando prosseguimento, Silva (2007, p. 279) ressalta que, em 1969, o Coronel Jayme Augusto da Costa e Silva, governador naquele período, em diálogo com o Ministro do Exército, conseguiu a autorização para desenvolver atividades turísticas no arquipélago. Foi assim que, em 1974, a aeronave bandeirante da Transbrasil se instalou como primeira linha regular de voos, aos sábados e domingos. Dois anos depois, a historiadora aponta que barcos, micro-ônibus e motos já eram disponibilizados aos turistas pelo grupo privado Meira Lins, o qual assumiu o turismo da ilha, posteriormente sendo substituído pela Falcontur, no decênio de 1980.

Para Dantas (2009, p. 149), foi a partir da autorização, por parte da aeronáutica, do voo regular da Transbrasil e do início de uma estrutura para recepção dos turistas que Fernando de Noronha começou a se afastar do passado recente como presídio e recuperou a força dos seus elementos edênicos. A associação do arquipélago a um paraíso não mais carregava uma noção sagrada, mas mantinha o caráter de recanto de paz, do exótico, para aventuras e lazer. As pessoas buscavam cada vez mais a

⁵⁷ Posto de Observação de Mísseis Teleguiados. Diante de um acordo entre o Brasil e os EUA, firmado em 21 de janeiro de 1957, para os estadunidenses se estabelecerem mais uma vez em Fernando de Noronha (a primeira vez ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial), na atual Vila do Boldró. Desse modo, o arquipélago foi a décima primeira entre doze estações de controle que acompanharam a trajetória dos projéteis, em um contexto de disputa estadunidense contra a União Soviética, conhecido como Guerra Fria (Silva, 2007, p. 83-84).

magia insular para fugir da sociedade moderna e da agitação das cidades, para escapar da pressão nascida com a Revolução Industrial⁵⁸ e que perdura até hoje. Nesse processo, Dantas (2009, p. 150) também destaca a mídia ter se apropriado de termos como “santuário” e “Éden”, em referência ao universo religioso, mas unicamente para fins de marketing.

Em vários sentidos, de acordo com Silva (2007), a ilha principal foi sendo aperfeiçoada tecnicamente antes de se abrir completamente ao turismo, como a expansão do Açude do Xaréu⁵⁹ e início da dessalinização da água do mar pela Usina de Tratamento d'água Piraúna; eletrificação da ilha pela CELPE, em 1980, criando a Usina Termelétrica Tubarão; e finalização do Porto no fim da década de 1980, que continuou a ter o cais em pedra complementado pelo Governo de Pernambuco, posteriormente. A historiadora sinaliza que o primeiro aeroporto de Fernando de Noronha, construído em 1934 a pedido do Air France, foi substituído durante a Segunda Guerra Mundial. Através da agência “Airport Development Program” – ADP, o governo estadunidense construiu uma nova pista, finalizada em novembro de 1943, para poder receber aviões de grande porte. Posteriormente, os 1.800 metros da pista foram ampliados, assim como foi construído um Terminal de Passageiros.

Também na década de 1980, segundo Ávila (2008), ainda que a via marítima para abastecimento e locomoção tenha sido aceleradamente substituída pela aérea, o que levou o avião de transporte de carga e de tropa da Força Aérea Brasileira, Hércules – conhecido pelos noronhenses como “A Patinha” – a se dirigir a Fernando de Noronha, a maioria dos tripulantes iam realizar serviços, com uma minoria motivada por visitar parentes ilhéus. O jornalista pontua que raros episódios indicavam idas a passeio naquele período, como foi o caso de dois estudantes do Colégio Militar da Aeronáutica, os quais, por terem sido aprovados para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Minas Gerais, foram premiados com uma viagem para o arquipélago. Contudo, a aeronave nunca chegou a pousar na ilha, visto que caiu no oceano.

Mesquita (2023) aponta que tentou-se incluir Fernando de Noronha em um roteiro marítimo, no ano de 1981, do navio Navarino, que passava por Santos-Rio-

⁵⁸ Uma mudança no modo de produção, de viver e de pensar da humanidade, pautada no avanço tecnológico e iniciada na Inglaterra do século XVIII, mais precisamente na década de 1760, onde foram desenvolvidas as primeiras máquinas movidas a vapor e surgiram as primeiras fábricas.

⁵⁹ Reservatório de água que serve como principal forma de abastecimento em Fernando de Noronha, com 400 mil metros cúbicos de água armazenados (Silva, 2007, p. 259).

Salvador-Fortaleza-Noronha-Recife. Por a travessia ser entre dezembro e fevereiro, meses de mar agitado, impossibilitou o avanço da prática, que só foi possível a partir de 1990, quando os transatlânticos voltaram a visitar o arquipélago, destacando-se o Funchal, Vasco da Gama, Princess Danae, Blue Dream, Rembrandt e Pacific. De volta à década de 1980, Silva (2007) ressaltava novas tentativas de fluxo regular de voos, de 1982 a 1985, por meio do Boeing da VASP, mas só em 1986 que se estabeleceram voos semanais ao arquipélago, aos sábados, o que obrigava os turistas a passarem, no mínimo, sete dias no destino. Com o fim do Território Federal de Fernando de Noronha, em 1987, dirigiram-se à ilha muitos técnicos de variadas especialidades, construiu-se um novo núcleo urbano (a Floresta Nova), instituições conduziram pesquisas diversas no arquipélago e nasceu a Assembleia Popular Noronhense. Nesse mesmo ano, Silva também relatou terem começado uma série de revitalizações para tornar o arquipélago mais atrativo turisticamente e, dois anos depois, a Pousada Esmeralda foi colocada sob tutela do Ibama⁶⁰ e se transformou no Hotel Esmeralda. Paralelamente, os contratos com a BANCOR e a Falcontur, empresas turísticas e aéreas de São Paulo e Recife, respectivamente, encerraram.

Em meio a essas mudanças, no ano de 1982, Silva (2007, p. 252) frisa ter nascido um movimento para buscar o reconhecimento, pela Comunidade Científica Internacional, do potencial ambiental do arquipélago. Graças a isso, originou-se o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – PARNAMAR FN⁶¹, pelo Decreto-Lei n° 96.693, em 14 de setembro de 1988, gerenciado inicialmente pelo Ibama, depois pelo ICMBio.⁶² A historiadora relata que foram implantadas vinte normas, gerando controle e punições, em prol da proteção dos ecossistemas terrestre e marinho, proporcionando também oportunidades controladas de visitação, lazer, educação ambiental e incentivo à pesquisa científica. Antes mesmo disso, através do Decreto n° 92755, em 5 de junho de 1986, foi criada a Área de Proteção Ambiental Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo (APA).⁶³ Enquanto o Parque

⁶⁰ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, criado pela Lei n° 7.735, em 22 de fevereiro de 1989, como uma autarquia parte da gestão ambiental do país. Preza pela proteção da natureza e sustentabilidade no uso dos recursos naturais (Brasil, 2018).

⁶¹ Um Parque Nacional Marinho é a segunda regulamentação mais rígida de proteção ambiental, permitindo circulação humana, mas sem moradias (Mesquita, 2023).

⁶² Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, uma autarquia atualmente responsável pelas unidades de conservação federais do Brasil (Mesquita, 2023).

⁶³ As Áreas de Proteção Ambiental servem para conservar áreas naturais, permitindo algum nível de ocupação humana, de acordo com o uso sustentável dos recursos do ambiente (Brasil, 2020).

Nacional Marinho dá conta das 21 ilhas do arquipélago e mais de 50% da ilha principal, o restante pertence à APA, na qual a ocupação urbana é regulamentada por rígidas diretrizes de conservação do ambiente (Arquipélago..., 2003).

Ávila (2008) dá ênfase ao surgimento de variadas associações durante o governo civil no arquipélago, a exemplo do Conselho Comunitário, primeiro órgão de representatividade dos ilhéus, decidindo situações de moradia, limpeza, saúde e educação; formou-se a Guarda Territorial com apoio da Polícia Militar do Distrito Federal; desenvolveu-se um projeto de esgotamento sanitário, uma escola e se passou a investir em pessoas para o artesanato e agricultura; criou-se o serviço de identificação; e a delegacia de Polícia Civil e a Cobal⁶⁴ chegaram à ilha. Ainda sobre esse período iniciado em 1987, Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998) atestam a infraestrutura da ilha ter sido aperfeiçoada para o desenvolvimento do turismo, o que incluiu a construção de casas; ampliação do hospital; investimento na TV Golfinho⁶⁵, a qual passou a produzir um programa jornalístico diário local; restauração do Forte Nossa Senhora dos Remédios e início de um projeto de recuperação de documentos do acervo histórico da ilha, deteriorados por fungos e pela umidade. Ainda foi citada uma frente de trabalho e altos salários, especialmente para os funcionários públicos; avanço da pesca, agricultura e pecuária; e chegada de profissionais qualificados.

Nesse contexto, de acordo com Silva (2007, p. 279), o turismo foi oficialmente incrementado e se estabeleceu, desde o tempo como Território Federal, as bases para que Fernando de Noronha formasse o seu Sistema de Hospedarias Domiciliares e recebesse voos diários de Recife e Natal e cruzeiros marítimos com turistas brasileiros e estrangeiros. Somado a isso, outros equipamentos de apoio ao turismo foram sendo desenvolvidos, a exemplo dos restaurantes, bares e lojas temáticas. O caminho percorrido pelos dirigentes do arquipélago era o do turismo, e a reintegração a Pernambuco em nada se opôs a isso. Pelo contrário, coube ao estado pernambucano desenvolver mais esse grande projeto que era a Fernando de Noronha turística e abusar das propagandas edênicas para garantir o seu sucesso. O decorrer desse processo, no entanto, exige uma análise à parte.

⁶⁴ Companhia Brasileira de Alimentos. Até 1990, foi um órgão do Ministério da Agricultura para o abastecimento de produtos de hortas, pomares e granjas.

⁶⁵ Emissora pernambucana de televisão, localizada em Fernando de Noronha.

4 CRESCIMENTO E DIVULGAÇÃO DO DISTRITO ESTADUAL PARADISIACO

4.1 Turismo Consolidado e Reintegração ao Estado de Pernambuco

Quando iniciaram os rumores da reanexação de Fernando de Noronha a Pernambuco, em 1988, embora os ilhéus não acreditassem que fosse ocorrer, logo se deslocaram para o Distrito Federal, a fim de tentar convencer os políticos a votarem contra a emenda. Sobre essa passagem, dos noronhenses inconformados, pelo DF, Ávila (2008, p. 104) destacou que “os ilhéus foram encarados pelos congressistas como um bando de riquinhos que tinham um feudo cheio de mordomias e que estavam ali para não perdê-las”. Visão essa que ainda perdura atualmente, em total desconhecimento da realidade social que afasta o morador comum dos grandes empresários com negócios no arquipélago.

Ávila também pontuou que, enquanto Território Federal de Fernando de Noronha, durante o governo do coronel da Aeronáutica Ivanildo Teles Sirotheau Correa, os ilhéus passaram por um repressivo sistema hierárquico, que beneficiava os membros da aeronáutica em detrimento do povo, seja para os mantimentos ou seja aos serviços de forma geral, de modo que até os opositores eram expulsos da ilha. O jornalista ainda destaca que, em sua visita ao arquipélago, Sarney – presidente da época – em 1986, acompanhado do jornalista Roberto Marinho, presenciou um protesto dos ilhéus, os quais expuseram todo o sofrimento passado em Fernando de Noronha. Com meros quinze meses de governo, o Coronel Sirotheau deixou o cargo que deveria ter ocupado por mais 4 anos. Assim, embora nem sempre se faça essa associação, Ávila sugere que se pode acreditar que a revolta da população noronhense e essa marca negativa no governo civil da ilha tenham sido fortes pontos para Pernambuco usar a favor da reintegração do arquipélago ao estado. Ao descrever um pouco da vivência ao longo do período como Território Federal de Fernando de Noronha, o jornalista apontou:

Vivendo sob um regime militar, os ilhéus quase não tinham liberdade. Só na década de 70, é que começou a haver um pequeno interesse em aproveitar as belezas do arquipélago para explorar o turismo. Nessa fase da vida em Noronha, o ilhéu tinha casa, criava gado e ovelha, não se pagava água, nem energia, mas o gerador era desligado à noite. Existia transporte aéreo gratuito através do Hércules e do Avião da Força Aérea Brasileira, só que não raro,

os noronhenses passavam o dia no aeroporto e acabavam não conseguindo vaga para viajar. Vivia-se um período de muita hierarquia na Esmeralda. O leite era distribuído pela classe social do chefe da família. Os civis não chegavam a ter direito a um litro por dia, bem diferente dos militares, principalmente dos oficiais. Carne de primeira só para o pessoal de farda. Para os ilhéus, principalmente os que não tinham vínculo empregatício com o Governo Federal, sobrava carne de segunda e bem pouca (Ávila, 2008, p. 101-102).

Apesar de existirem privilégios que os noronhenses perderam com a reintegração, a exemplo da não cobrança de certos serviços – como conta de água, de luz e outros imposto, com exceção do IPTU – percebe-se a dureza existente na época anterior à Constituição de 1988, longe de ser um período sem dificuldades, como muitas vezes parece ser evocado por ilhéus críticos do governo pernambucano. Contudo, Ávila dá importância à existência de um interesse empresarial em explorar o turismo no arquipélago como outro motivador para reanexação do distrito ao estado de Pernambuco. Cita o vereador Liberato Júnior, por exemplo, que devaneou com o arquipélago sendo transformado no 2º Distrito de Recife, ou seja, um distrito municipal. Liberato pregava que a ilha só se destacaria no turismo se escapasse da administração federal, uma vez que os recursos partindo direto da União chegavam com maior dificuldade à ilha, especialmente porque, embora fosse como um estado, no orçamento federal não recebia igual relevância. De qualquer modo, a “Constituição Cidadã” fez do governo de Pernambuco o responsável por administrar o arquipélago, que não tardou para agir:

A partir de 1988, novas empresas puderam entrar na ilha para prestar serviços ao governo do estado, que passou a ser responsável pelo fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo, esgoto sanitário, habitação, limpeza e conservação pública, segurança, saúde e educação. Foram abertas licitações para instalação de posto de combustível, supermercado e construtoras. Foi nessa época também que aumentou o fluxo migratório da ilha, graças às novas oportunidades surgidas com o turismo, a mais nova base econômica que gerou profundas alterações na população da ilha (Alberguini, Ribeiro & Scachetti, 1998, p. 59).

Dentro da maré de investimentos pernambucanos no arquipélago, Silva (2007) relata que a BR-363, uma das menores do Brasil e única da ilha principal, passou por

melhorias definitivas. Seus 7,5 km de extensão foram refeitos, corrigindo fissuras com a aplicação de material impermeabilizante; construíram uma passarela ao longo de toda a estrada, para os turistas e moradores poderem caminhar sem riscos de acidente; foram instaladas 20 paradas de ônibus e 79 placas de sinalização; a pista foi alargada nas curvas, adicionaram redutores de velocidade e acostamentos. Também depois de Fernando de Noronha voltar para a posse de Pernambuco, a historiadora afirma que foi instalada a Usina de Tratamento de Lixo, em 1989, com capacidade para recolher e tratar 40 toneladas por mês. Junto a isso, todo o suporte necessário foi incrementado, como caminhão basculante e trituradores de vidro, plásticos e resto de poda. Anteriormente, a descarga do lixo era feita sem tratamento adequado, evidenciando ter sido essa uma importante medida, ainda mais com o aumento de visitantes e, conseqüentemente, de lixo no arquipélago.

Segundo Silva, a alternativa encontrada para disciplinar o funcionamento dos meios de hospedagem foi a criação do SIDH – Sistema de Hospedagem Domiciliar, em 1990, adaptando a metodologia da EMBRAPA (órgão nacional de Turismo) e estabelecendo o padrão de classificação pelo conceito de golfinhos, ao invés de estrelas. Essa foi uma forma de apelo ao mamífero atrativo no arquipélago e de designar as pousadas de acordo com o incremento dado ao estabelecimento. Nesse sentido, em 1995, foi criada a Associação das Hospedarias Domiciliares. Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998) pontuam que bastava ter um quarto e uma refeição que o local já poderia se enquadrar como hospedagem, muitas vezes as famílias dividindo um mesmo banheiro com os hóspedes. Surgiu ainda uma ânsia de se beneficiar com o turismo, gerando pousadas clandestinas.

Em termos de saúde, Silva (2007) destaca que o atual hospital da ilha, Hospital São Lucas, derivou da ampliação da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Fernando de Noronha, criada em 1954, sob tutela do governo territorial e do Departamento Nacional da Criança do Ministério da Saúde. Desde então sofreu pequenas e graduais ampliações. Com a reintegração a Pernambuco, instalou-se o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, reimplantou-se atendimentos de clínicas veterinárias, profissionais começaram a ser recrutados por concurso público e surgiram as semanas de saúde, levando ao arquipélago profissionais de várias especialidades médicas. A historiadora também evidencia uma área do antigo Parque de Sant'Ana, que serviu de Armazém de Cereais no começo do século XX e Garagem do Presídio na década de 1930, ter tido parte

reerguida para fins turísticos, em 1990, abrigando o Bar do Cachorro⁶⁶, a empresa de mergulho Noronha Divers e uma bateria de sanitários. Nessa época, havia dois ou três voos semanais do Governo do Estado para o arquipélago, de acordo com Ávila (2008).

Ainda como exposto pelo jornalista, em janeiro de 1995 já ocorria na ilha o Campeonato Brasileiro de Surf. Isso porque, entre dezembro e março, costumam haver *swells*⁶⁷, que tiram a areia do fundo e o deixam limpo, de forma que as ondas quebram perfeitamente sobre o fundo das rochas vulcânicas, o que concedeu ao arquipélago o título de “Havaí Brasileiro”. Soma-se a isso que a maior sessão tubular do Brasil pertence à Cacimba do Padre.⁶⁸ A depender da praia, pode-se ter ondas maiores – que podem chegar até 12 pés – com crista espessa e oca; ondas mais fortes, as que permitem maior variedade de manobras; ou mais curtas e em pé (Arquipélago..., 2003). Dessa forma, o distrito estadual se tornou um grande atrativo para os surfistas. A partir desse mesmo ano de 1995, com parte do recurso acumulado pela Taxa de Preservação Ambiental cobrada aos turistas, Silva (2007) frisa que iniciou o processo de mão de obra de fora da ilha para limpeza urbana, algo que continua a ser feito até hoje. Além disso, quando se deu a reintegração, a historiadora observa que Fernando de Noronha já contava com a TV Golfinho e programação de rádio, mas enquanto distrito estadual que os principais canais da televisão aberta passaram a ser retransmitidos e foi fundado o Jornal da Ilha e a FM Noronha/Transamérica, contando com profissionais do próprio arquipélago.

O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo (PDE) de Fernando de Noronha – parte do Programa de Execução Descentralizada (PED), do Ministério do Meio Ambiente, com recursos do Banco Mundial – investiu cerca de 1,75 milhão na ilha, para melhorar a infraestrutura e a sustentabilidade, no final do século XX, de acordo com Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998). Nesse contexto que Silva (2007) pontua, a partir de 1999, terem sido feitas restaurações na Vila da Quixaba, o segundo núcleo habitado em Fernando de Noronha; e a reinauguração, em março daquele ano, do Terminal de Passageiros do aeroporto, para atender à nova demanda diária de visitantes, agora modernizado, climatizado e informatizado pelo governo de

⁶⁶ O ambiente festivo mais clássico em Fernando de Noronha, especialmente pela música ao vivo.

⁶⁷ Ondas bastante energéticas, lisas e uniformes, formadas em consequência de tempestades de vento no oceano, de modo a agitar a superfície do mar e comprometer a visibilidade da água.

⁶⁸ Praia mais extensa da ilha, de 900 metros de comprimento, faixa arenosa de largura média de 175 metros e onde se localiza o Morro dos Dois Irmãos (Arquipélago..., 2003).

Pernambuco. Para além, o crescimento do turismo consolidou o Porto de Santo Antônio como local de desembarque de carga, ponto de partida para atividade pesqueira, envio do lixo processado da Usina de Compostagem para o continente e terminal de passageiros para passeios marítimos, atividades de mergulho e cruzeiros, assim como colocado pela historiadora. Na virada do milênio, as principais atividades aquáticas regularmente disponíveis aos visitantes eram o passeio de barco, mergulho, planasub, caiaque, pesca esportiva e surfe (Arquipélago..., 2003).

Dez anos após a mudança de gerência para Pernambuco, constatou-se que 95% dos moradores da ilha trabalhavam com turismo, de acordo com o relato que Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998) coletaram de Verônica Modesto, diretora do meio ambiente e turismo da administração noronhense da época, estando os 5% restantes divididos entre pescadores, funcionários públicos, agropecuaristas e profissionais ligados à educação. Nesse tempo, o governo do estado de Pernambuco e o Ibama haviam construído dez trilhas para proporcionar a chegada a praias, mirantes, visões privilegiadas da vegetação, animais e de monumentos históricos e naturais do arquipélago (Arquipélago..., 2003). Alberguini, Ribeiro & Scachetti também atestam que, em 1995, o fluxo médio mensal de visitantes em Fernando de Noronha era de 1.500, mas em 1998 já alcançava 2.500, quase duplicando, além de terem 76 diferentes pousadas para se acomodar, mais o Hotel Esmeralda. De acordo com cálculos da administração, cada turista deixava na ilha aproximadamente 120 dólares por dia. De acordo com as autoras, os cruzeiros marinhos, que ainda existiam na época, também contribuíram economicamente ao levarem 500 pessoas cada, as quais eram divididas em dois grupos: um para passeio de barco com duração de quatro horas, outro para passeios pré-definidos em terra, pela ilha principal.

Mais dados recolhidos por Alberguini, Ribeiro e Scachetti mostram que, nesse mesmo ano de 1998, a porcentagem de turistas estrangeiros não passava de 3%, sendo os 97% de brasileiros majoritariamente compostos por visitantes de São Paulo, que representavam 70% desse total. 80% deles se encontravam entre os 30 e 50 anos, além de a maioria ser feminina. De acordo com Mesquita (2023), os turistas que mais frequentam a ilha são dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Por parte dos estrangeiros, os principais são estadunidenses e alemães, apesar de argentinos, britânicos, franceses, suíços, espanhóis, portugueses, italianos e canadenses também serem comuns.

Porém, foi com a declaração por parte da Unesco⁶⁹ (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de Fernando de Noronha como sítio do Patrimônio Natural da Humanidade, em 13 de dezembro de 2001, que o arquipélago ganhou reconhecimento internacional oficial, aumentando e tornando constante a procura de visitantes (Arquipélago, 2003). “A integração entre mar, relevo, flora e fauna adornados por seu isolamento e posicionamento geográfico resultavam num cenário de sonhos, reduto de elementos edênicos, desejado e visitado por olhos do mundo inteiro” (Dantas, 2009, p. 15). Não suficiente, como exposto por Mesquita (2023), o arquipélago ganhou fama como um dos melhores lugares no mundo para mergulho, por conta da visibilidade da água que pode chegar a 50 metros de profundidade.

Tais mudanças infraestruturais foram acompanhadas de rígidas legislações ambientais desde o princípio da reintegração a Pernambuco. As unidades geoambientais estabelecidas em Fernando de Noronha, assim como em outros paraísos litorâneos, conforme Castro (2021, p. 245), resultaram na contenção de fluxos de pessoas e de capitais, cobrança de taxas de acesso e permanência, controle de uso e ocupação do solo urbano e estabelecimento de legislações específicas. Com base nisso que a Lei nº 10.403/89, modificada pela 11.305/95, passou a obrigar todos os visitantes do arquipélago a pagarem a anteriormente mencionada Taxa de Preservação Ambiental (TPA), destinada a assegurar a manutenção das condições ambientais do distrito. Quando foi criada, de acordo com Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998), o valor diário da TPA era de R\$14,42, podendo dobrar se o tempo previsto no arquipélago fosse excedido sem alertar prévio à administração da ilha. Depois de consecutivos aumentos anuais, o valor diário da taxa, em 2024, chegou a R\$97,16. E, caso ela não seja paga, o visitante entra para a Dívida Ativa do Estado.⁷⁰

Embora muito se reclame das unidades de conservação, como se fossem exageros, Castro (2021, p. 248) destaca ser graças a elas que, além de haver proteção da área natural e dos seus respectivos recursos, o arquipélago recebe manutenção de especificidades que o tornam ainda apto para sua função econômica. A maior atração de turistas e ampliação da carga sobre os recursos naturais geram graduais desequilíbrios ambientais, de modo que é sempre preciso estudar a melhor

⁶⁹ A sigla vem do inglês “United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization”.

⁷⁰ O CPF ou CNPJ da pessoa fica registrado pelo estado, de forma que seu nome se torna negativo nos órgãos de proteção ao crédito.

forma de lidar com isso e estabelecer as devidas limitações. Portanto, o geógrafo define que é a mescla entre as legislações ambientais e as características naturais que garantem a beleza cênica, sem a qual haveria perda da importância turística. Ou seja, é graças às rígidas legislações de Fernando de Noronha que suas imagens divulgadas se aproximam tanto do relato idílico consagrado no Ocidente.

Por sinal, com as mudanças advindas da criação do PARNAMAR FN, Mesquita (2023) ressalta que a população noronhense foi sendo gradativamente acostumada com as novas regras ambientais por meio do trabalho ativo da educação ambiental, sobretudo entre as crianças. Porém, Dantas (2009) reforça que essa iniciativa não ficou restrita aos moradores, uma vez que o discurso conservacionista foi desde cedo direcionado aos turistas, para induzi-los a respeitar o ambiente, entender a fragilidade local e garantir a proteção e defesa das espécies. Dessa forma, para que o paraíso possa continuar acessível, o turista é ensinado a manter o templo intocado, ainda que realmente não o seja. Assim, Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998) destacam ser proibida a pesca, caça submarina e introdução de espécies na área do parque; coleta de conchas, corais e pedras; adentrar as ilhas – que não a principal – e ilhotas, assim como acessar determinadas praias fora do horário estipulado pelo ICMBio.

Sendo Fernando de Noronha o único local conhecido no oceano Atlântico a abrigar uma população residente de golfinhos-rotadores, ganhou elevado valor ecológico e conservacionista que gerou medidas legais como a proibição da circulação de embarcações e mergulhos na Baía dos Golfinhos⁷¹, em novembro de 1986; regulamentação do tráfego de embarcações na frente da baía, em janeiro de 1995; e interdição do mergulho intencional com golfinhos na Área de Preservação Ambiental, em dezembro de 1999, embora já fosse proibido dentro dos limites do Parque Nacional desde 1988 (Arquipélago..., 2003). Em face dessa valorização faunística, evidenciada antes mesmo da reintegração, com o Projeto Tamar⁷², que surgiu o Projeto Golfinho Rotador:

A alta frequência de golfinhos-rotadores, a falta de informações científicas e o crescimento desordenado do turismo em Fernando de Noronha levaram à

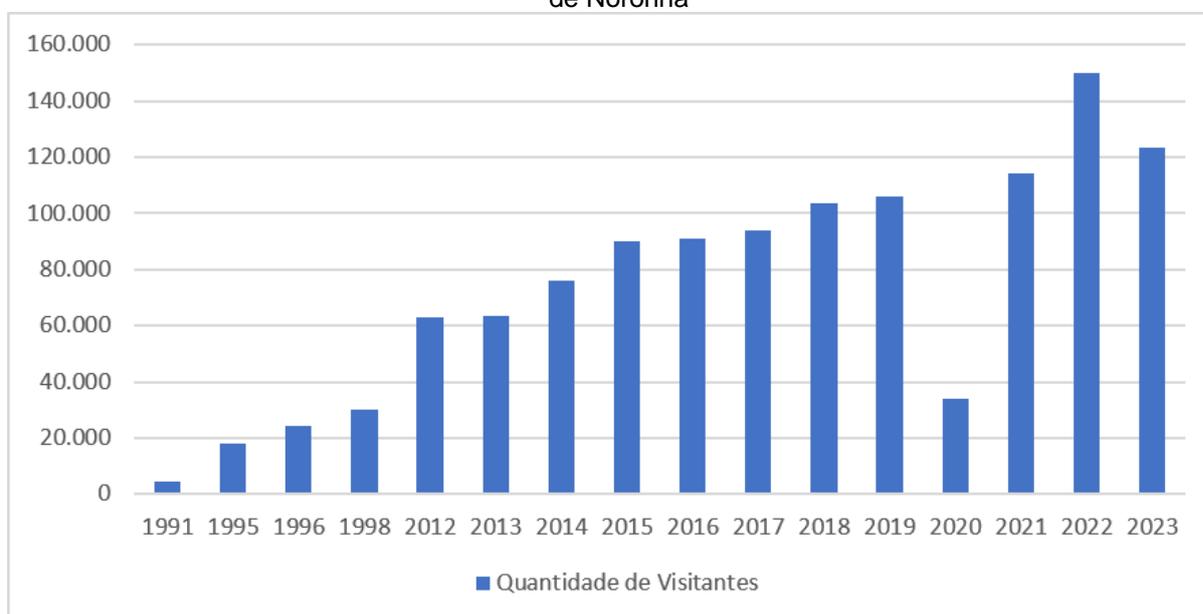
⁷¹ A Baía dos Golfinhos é uma baía de águas rasas e protegidas, na qual os golfinhos rotadores descansam, acasalam e socializam (Arquipélago..., 2003).

⁷² O Projeto Tamar se instalou na ilha em 1984, enquanto pioneiro na disseminação de ideias conservacionistas em Fernando de Noronha, especialmente ao zelar pela proteção e pesquisa das fêmeas, ovos, ambientes de reprodução e das populações das tartarugas marinhas (Alberguini, Ribeiro & Scachetti, 1998).

criação do Projeto Golfinho-Rotador/Ibama em 1990. A missão do Projeto Golfinho-Rotador é utilizar a pesquisa científica sobre os golfinhos para preservar seu comportamento natural, promover um programa de educação ambiental e fornecer subsídios para o desenvolvimento sustentável de Fernando de Noronha (Arquipélago..., 2003, p. 141).

Nota-se, assim, que a preocupação em desenvolver o turismo esteve lado a lado com uma vertente que buscou manter o ecossistema conservado, reduzindo os danos causados pelo aumento de fluxo humano no arquipélago. O investimento no distrito estadual, então, parecia uma aposta certa conquistada pelo estado de Pernambuco. Prova disso foi o aumento do público interessado em visitar Fernando de Noronha, como é possível identificar no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Crescimento de visitantes por ano em Fernando de Noronha



Fonte: elaborado pelo autor (2024).⁷³

Em menos de uma década, de 1991 a 1998, o número de visitantes já havia crescido seis vezes, chegando a aproximadamente 30 mil; em 2012, essa quantidade duplicou, ao alcançar 62.960; e, dez anos após, em 2022, quase duplicou novamente, atingindo 149.839 visitantes. A nível de esclarecimento, a queda drástica em 2020,

⁷³ Dados dos primeiros quatro anos retirados de Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998); e os demais das divulgações anuais por parte da administração local, publicadas no G1 pela jornalista Ana Clara Marinho. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/blog/viver-noronha/>.

para 33.836 visitantes, deu-se diante dos eventos do Coronavírus⁷⁴, os quais levaram o arquipélago a ser fechado para turistas durante quase seis meses. Sobre a quantidade elevada de visitantes nos anos recentes, o atual acordo de gestão compartilhada entre a União e o estado de Pernambuco prevê uma média anual de 132 mil visitantes por ano, limite que não pode ser passado, de acordo com o ICMBio, para garantia da conservação do ecossistema local. No entanto, essa quantidade limite cresceu junto ao aumento de turistas, visto que até o início de 2023, segundo Mesquita (2023), o máximo admitido era de 89 mil pessoas. Paralelamente, a população residente também aumentou: se, em 1986, Ávila (2008) apontou existirem 1.200 habitantes em Fernando de Noronha, o censo de 2022 do IBGE listou 3.167, embora, no dia a dia, os noronhenses afirmem esse número se aproximar dos 5 mil.

Relativamente ao reconhecimento nacional, de acordo com o levantamento de Castro (2021, p. 278) da categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro, no ano de 2021, Fernando de Noronha ficou na classificação B, como um local de elevado potencial turístico, mas que não atendia a nenhum indicador mercadológico de demanda turística e retorno financeiro analisada pelo MTur. No entanto, não deixa de ser um lugar rico em elementos não mensuráveis mercadologicamente, como as cargas espirituais, míticas, experienciais e suas singularidades. Inclusive, como a maioria dos paraísos turísticos analisados pelo geógrafo, consegue ultrapassar a média nacional em atração de visitantes e conquista fluxos de turistas próximos aos das grandes e conhecidas metrópoles, só não mais pela dificuldade financeira de acesso.

Outro importante dado parte do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que considera indicadores referentes aos aspectos de renda, saúde e educação, considerando ainda PIB⁷⁵, expectativa de vida e nível de escolaridade – o qual pode indicar as condições de vida para a população nativa. Como esclarecido por Castro (2021, p. 326), se o resultado for menos de 0,500, significa que é baixo; entre 0,500 e 0,799 se torna médio; alto é entre 0,800 e 0,899; e acima de 0,900 é muito alto. Na Tabela 1 estão os níveis do IDH de Fernando de Noronha, de acordo com os três censos no qual foi classificado:

⁷⁴ Vírus causador da pandemia iniciada em 11 de março de 2020, de acordo com a Organização Mundial da Saúde.

⁷⁵ Produto Interno Bruto. Diz respeito à “soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano” (Brasil, [s.d.]).

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano de Fernando de Noronha

Ano	IDH	Classificação
1991	0,548	Médio
2000	0,694	Médio
2010	0,788	Médio

Fonte: elaborado pelo autor (2024).⁷⁶

Nota-se que, mesmo na época em que Castro afirma os investimentos serem muito concentrados nas regiões Sul e Sudeste, na década de 1990, o que fazia poucos paraísos litorâneos não terem IDH baixo, Fernando de Noronha já se encontrava como médio. E, ainda que não tenha deixado de estar nessa classificação, percebe-se um progresso, quase alcançando o nível alto, em 2010. Um dos fatores que auxiliou nesse crescimento foi o incremento das políticas públicas de planejamento do turismo no Nordeste, a partir de 1995, embora não tenha sido diretamente responsável pela criação de oportunidades para os nativos.

Um estudo feito pelo Ministério do Turismo, em 2014, e analisado por Araújo *et al* (2015, p. 593) evidenciou que o destino turístico mais procurado no país era a região do Nordeste brasileiro, compondo 42,2% dos resultados. Entre as opções, Fernando de Noronha liderou com maior intenção de visitas. Ainda, de acordo com levantamento feito no TripAdvisor, de 2000 a maio de 2015, mais de 28 mil turistas registraram avaliações e opiniões sobre o arquipélago no site. Visto isso, a iniciativa turística desde antes da Constituição de 1988, na virada do milênio, consolidou Fernando de Noronha como um paraíso ainda desejado na atualidade. No entanto, esse alcance não se deu somente pelo zelo ambiental e investimento infraestrutural de Pernambuco, mas também, e não pouco, pelo empenho das propagandas em convencer as pessoas sobre a necessidade de visitar essa arcádia insular.

4.2 “O Paraíso é Aqui!”, Disse Vespúcio no Século XXI

Para se entender a forma como o distrito de Fernando de Noronha é divulgado enquanto local de natureza intocada, parte-se da ideia de que “a exploração da imagem fetichizada do paraíso atua como um fenômeno mundial estruturando uma

⁷⁶ Dados retirados do IBGE (Brasil, [s.d.]a).

indústria turística que movimenta milhões de dólares em diversas ilhas” (Dimas, 2016, p. 3). Dessa forma, “A imagem⁷⁷ turística trata-se de um simulacro que, apesar de basear-se na realidade, denota apenas aquelas características que são atrativas e, quando possível, singulares” (Castro, 2021, p. 284). Esta ainda carrega valor sentimental e subjetivo por parte dos visitantes, mas também funções econômicas ao ser apropriada pelo mercado turístico e pelos meios de comunicação. Constantemente, conforme o geógrafo, os gestores e empreendedores dos paraísos litorâneos conferem a eles a função de atender aos anseios e solucionar os problemas dos clientes e buscam a conquista de selos e prêmios ligados à área ambiental e turística, tendo em vista fomentar a legitimação desses espaços como ambientes sustentáveis e prazerosos.

Segundo Dantas (2009, p. 152), mídias utilizam as vistas panorâmicas para captar a insularidade e exuberância natural; e reafirmam a unicidade, distância do arquipélago e a dificuldade para tirar as férias nele, devido ao custo elevado, mas compensado pela experiência inesquecível. Nesse turismo de luxo, as pousadas prometem conforto em igual proporção ao preço alto, mas o maior charme ainda é a natureza bem conservada e as praias pouco cheias, especialmente quando comparadas às do continente. É assim que, mesmo preso a um mundo profano, evoca-se o paraíso original descrito na bíblia:

O Paraíso aqui oferecido também não é o do estado perfeito e harmonioso, mas sim o jardim das delícias, rico em prazeres, em deleites, em situações idílicas, feitos na medida e ao gosto de qualquer pessoa apta a pagar por ele e disposta a aventurar-se, a romper com seu cotidiano, dando vazão aos seus desejos e às mais extravagantes fantasias, pois de lá não se é expulso, ao contrário, permanece-se e desfruta-se de tudo o que ele pode oferecer (Dantas, 2009, p. 161).

Além da sensação de se aventurar por horizontes virgens, evocando uma aura do passado, o que mais atrai visitantes ao distrito pernambucano são “sua incrível coleção de praias, a transparência e a tonalidade de suas águas refrescantes, suas areias alvas e macias e a costa preciosamente esculpida, com contrastes de inegável beleza” (p. 63). Nesse viés, os elementos naturais surgem como principais cartões-

⁷⁷ O conceito de imagem utilizado aqui é de acordo com Pires (2010): envolve conceitos, opiniões, e noções sobre determinada coisa ou alguém, construídos socialmente e variando de sujeito para sujeito.

postais da ilha: as 14 praias, uma flora composta por cerca de 300 espécies e formações geológicas, das quais se destacam o Morro do Pico⁷⁸ e o Morro dos Dois Irmãos⁷⁹ (Arquipélago..., 2003). Em vista disso, Dantas (2009, p. 157) destaca a abordagem sustentável e de contato com o natural ser inclusiva e acolhedora de pessoas que compartilham uma noção de bem supremo ali existente. Quanto ao turismo atual, Sandeville Jr. (2002, p. 156) acrescenta que locais distantes e diversos se tornaram próximos, frente à facilidade de locomoção. A consciência é rapidamente deslocada de grandes concentrações populacionais e industriais, símbolos de cobrança e estresse, para um cenário calmo e paradisíaco. É assim que o arquipélago funciona como lugar que o turista precisa estar:

O que poderia ser melhor do que acordar de um sonho e se deparar com um lugar cercado de água por todos os lados? Ainda mais quando esse lugar tem nome e sobrenome, Fernando de Euforonha... Não, não foi erro de digitação, não. Pois, qualquer ser humano é tomado por uma sensação de euforia diante do chamado 'Paraíso', ou melhor, 'Presente dos deuses', ou ainda, 'Ilha da Fantasia' e mais todos os etcéteras que já foram usados na tentativa de decifrar aquele pedacinho de terra no meio do nada (Alberguini, Ribeiro & Scachetti, 1998, p. 25).

A propagação da “Euforonha” se tornou ainda maior com o advento da internet, responsável pelo aumento das formas de construção e ampliação do alcance das imagens turísticas, mas também pela transformação do próprio consumidor em instrumento de propaganda e publicidade dos produtos e serviços do turismo, como colocado por Castro (2021, p. 167-168). O geógrafo divide o processo da seguinte forma: na pré-viagem existe uma busca por informações e contratação de serviços necessários para chegar ao destino; na viagem as experiências são compartilhadas em tempo real, principalmente pelas redes sociais; e no pós-viagem ocorrem recomendações, relatos e produções audiovisuais. É assim que os visitantes contribuem na construção do imaginário das destinações, na popularização e no estabelecimento de referências para os demais turistas. Ainda para Castro (2021, p.

⁷⁸ Ponto mais alto da ilha, com cerca de 323 metros de altura. Foi proibido subir nele, devido ao desgaste das escadas que davam acesso ao topo. Ainda assim, segue sendo um dos principais marcos visuais do arquipélago (Arquipélago..., 2003).

⁷⁹ Rochedos de Fernando de Noronha, localizados na Praia da Cacimba do Padre, os quais são constituídos de material vulcânico e servem como atrativos para as fotos na ilha principal (*Ibidem*).

170) o criador de conteúdo na internet, nesse sentido, tornou-se uma fonte confiável por, além de ser produtor de imagens e discursos referentes aos produtos e serviços, também ser um consumidor, ainda possibilitando uma sensação de interatividade. Isso leva as empresas a buscarem essas pessoas para formarem parcerias publicitárias em troca de bens e/ou serviços gratuitos, como ocorre com os convites de famosos para datas comemorativas, o caso de Fernando de Noronha durante as festas de fim de ano.

Mesmo em pesquisas histórico-sociais, como a obra “Fernando de Noronha: da ilha maldita ao paraíso” (2008), do jornalista e professor Ely Pereira de Ávila, o arquipélago é trabalhado em uma dicotomia entre a “Ilha Maldita”, devido aos tempos como presídio, e o “Paraíso”. Esse último status conferido ao distrito é previamente explicado na introdução, ao citar privilégios como a inexistência de males comuns às metrópoles, a exemplo da violência, miséria e poluição; e o viver em um ilha cheia de belezas naturais. Destaca ainda o paradoxo da liberdade, justamente diante da segurança local, especialmente em comparação com outros lugares brasileiros, mas, por ser uma ilha, também funciona como “prisão”, em termos de limitações. Contudo, apesar de pontuar que a ideia de paraíso é uma realidade mais voltada para os turistas, é precisamente nesse entendimento de que, após os tempos de presídio e hierarquia militar, Fernando de Noronha se tornou um verdadeiro Éden onde mora a idealização atual. Nesse antigo paralelo entre inferno-presídio e paraíso-distrito:

A procura cada vez maior do arquipélago pelos turistas nasce da fantasia de todos pelo seu espaço em meio ao oceano, pelas decantadas belezas naturais, pelos 'símbolos eróticos' vislumbrados nas rochas negras e bizarras. O encantamento perdura nas 'scenas' que Penalva descreve com tanta beleza, nos poemas que Mário Melo transcreve, sobre as lendas que atravessaram os tempos, que falam de mulheres sedutoras, herança de um tempo em que era proibida a remessa de mulheres para lá; de pescadores enfeitiçados e perdidos, ao sabor dos monstros marinhos; de tesouros escondidos por piratas frequentadores do mar; de assombrações religiosas; de pedras que se assemelham a símbolos fálicos, como uma maldição ou castigo, e de tantas outras criações nascidas dos medos e dos sonhos dos homens em meio à solidão (Arquipélago..., 2003, p. 116).

Diante dessa fantasia, cabe entender um pouco de como é fomentada a construção desse desejo de conhecer o arquipélago, primeiro em uma escala maior,

de Pernambuco, para depois focar no seu distrito. Pires (2006, p. 136-137), em um estudo de 16 materiais publicitários gráficos produzidos para a Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), órgão que divulga o estado enquanto produto turístico nacional e internacionalmente, e Gruptonove, agência de publicidade responsável pelo marketing da Empetur, entre janeiro de 2004 e dezembro de 2006, traçou as estratégias publicitárias observadas. As principais delas foram a mescla de uma persuasão fantasiosa com elementos objetivos para promover credibilidade; e evocação de títulos oficiais conquistados pelos destinos turísticos, como o de Patrimônio Natural da Humanidade, para mostrar que não são os publicitários que afirmam aquilo, é uma ordem maior, por isso mais verídica.

De acordo com a autora, as belezas naturais de Pernambuco foram os atrativos turísticos mais divulgados, sobretudo de forma visual. As imagens retratavam praias desertas e uma vasta vegetação, um paraíso intocado do Brasil tropical e selvagem, que ainda domina parte do imaginário sobre o país no exterior. Porém, os textos verbais se contradiziam, ora reforçando essa imagem, ora afirmando ser o estado um lugar muito povoado e visitado. O discurso ecológico surgiu como outra estratégia na divulgação, em forte incentivo para o ecoturismo e o turismo esportivo. Para Pires, a publicidade turística de Pernambuco, portanto, contribui para a cristalização do discurso do éden tropical. No entanto, esse discurso publicitário “silencia, apaga regiões, lugares, situações, em prol da exaltação das qualidades dos outros que a instância enunciativa julga serem atrativos para a sua instância destinatária, ou seja, os turistas” (Pires, 2010, p. 141).

Já em uma análise de sete revistas e artigos turísticos que retratam o arquipélago, Dantas (2009, p. 154) evidenciou que, de 20 imagens investigadas, nove vendiam Fernando de Noronha enquanto local despovoado e isolado, reforçando a paz e a excludência. Alimenta-se, assim, o desejo dos consumidores de chegar ao paraíso, alcance esse que confere status e privilégios, os quais, teoricamente, fogem às mãos dos outros. Tais imagens são acompanhadas de convites, como “Levamos você ao paraíso!” ou “O paraíso é aqui!”. A respeito dessa última frase, retoma a figura de Américo Vespúcio, por ser atribuída a ele, quando encontrou Fernando de Noronha. “O paraíso é aqui!” atua em uma frente turística, sendo esse um bordão clássico que confere legitimidade ao destino enquanto Jardim das Delícias, suscitando afirmações como a de que o próprio Américo Vespúcio descreveu Noronha como um paraíso, ao naufragar na ilha, desde a sua descoberta (Arquipélago..., 2003). Mas, há

uma segunda frente, histórica, o que explica a frase estar na maioria das fontes sobre o arquipélago que serviram como base para a presente pesquisa, como foi o caso da obra "1101 Curiosidades Sobre o Arquipélago de Fernando de Noronha", na décima quinta curiosidade: "Precursor de jargões, Vespúcio ao chegar na ilha disse 'O paraíso é aqui', tamanha a fascinação pelas belezas de Noronha" (Mesquita, 2023, p. 20).

Acontece que, ao verificar a fonte, que é atribuída à "Carta a Piero Soderini, Gonfaloneiro", única na qual Vespúcio escreveu sobre o arquipélago, constata-se que a famosa frase não está lá. Das poucas menções que Vespúcio faz ao paraíso terreal nos seus relatos, nenhuma se refere a Fernando de Noronha, embora, antes de descrever o encontro do arquipélago, mencionou que, se existia o paraíso na terra, seria em algum lugar pelo Novo Mundo. Portanto, a frase de Vespúcio se trata de um falso acontecimento atribuído à história da ilha, provavelmente nascido na obra da historiadora Marieta Silva, reconhecida por seus esforços para colocar em livro a história noronhense. No primeiro capítulo de "Fernando de Noronha: cinco séculos de história" (2007), a frase foi utilizada como título de um tópico direcionado a desenvolver a descoberta do arquipélago. Entretanto, mesmo sinalizada entre aspas, de forma a deixar claro ter sido usada por alguém, não há uma referência direta que esclareça ter sido Vespúcio a escrever o jargão. Entretanto, na segunda edição (2013), que conta com aproximadamente o dobro de páginas, Marieta Silva afirmou, no nono capítulo: "'O paraíso é aqui', disse Vespúcio, o primeiro a descrever essa beleza, em 1503" (Silva, 2013, p. 379).

O acontecimento abre a interpretação de uma clara intencionalidade em depositar essa frase na história noronhense. Isso porque, além de haver uma nítida admiração por Vespúcio no livro de Marieta Silva, "O paraíso é aqui" se tornou, como já mencionado, uma legitimação publicitária para o turismo de Fernando de Noronha. Cristalizado na história, especialmente pelo respeito conferido à autora tão importante para o distrito estadual, o jargão até a atualidade vem se repetindo nos estudos históricos como realidade, apontando a carta do navegador florentino como fonte, mas basta buscá-lo nos escritos que se percebe ser uma invenção. Por outro lado, maior força ganhou como marketing, aparecendo a afirmação em inúmeras revistas e sites na internet, de modo a, até mesmo, ser divulgada pelas redes sociais da administração local.⁸⁰ Se a intenção era beneficiar o turismo, é pouco provável que haja como se ter

⁸⁰ Noronha, 2018.

certeza, mas a declaração de Vespúcio em pleno século XXI serviu perfeitamente a esse propósito.

Isso posto, evidencia-se que o crescimento urbano de Fernando de Noronha e a ascensão do turismo local se deram aliados à apropriação constante da visão de paraíso. Muito mais do que somente divulgar o arquipélago como uma natureza intocada, criou-se a necessidade de apresentá-lo como um canto pacífico, local de fuga da rotina estressante das cidades e que torna o visitante parte de um seletivo grupo que detém o privilégio de afirmar que visitou Fernando de Noronha, ou mais, que vai ao distrito anualmente. O paraíso da tranquilidade, abundância, seletividade e conexão com o ambiente ainda existe, só não está mais preso a uma religião. Porém, da mesma forma que as mídias selecionam o que irão mostrar para atrair mais turistas para o arquipélago, igual processo de seleção é feito a fim de determinar o que não se deve saber sobre o distrito estadual.

5 ECOS DO PASSADO: PROBLEMAS E LIÇÕES DO PARAÍSO PARA AS NOVAS GERAÇÕES

5.1 Por Baixo dos Tapetes da Esmeralda do Atlântico

No que diz respeito às questões sociais, os problemas dos ilhéus são ocultados dos folhetos institucionais e de agências de turismo, uma vez que ferem a imagem privilegiada da ilha. Diante do estudo feito por Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998), um dos principais problemas levantado se trata da educação, por, ainda que haja escolaridade até o ensino médio, ser recomendado que os estudantes deixem o arquipélago se quiserem seguir o caminho dos estudos. E esse processo não é feito sem dificuldades, já que a escola local prepara os jovens para a vida em Fernando de Noronha, não para fora. Assim, as autoras observam que poucos noronhenses que se especializam no continente realmente voltam ao arquipélago, onde o acesso à informação e cultura é bastante restrito.

Outro obstáculo existente em Fernando de Noronha, destacado por Alberguine, Ribeiro & Scachetti, diz respeito à terra, ou melhor, à falta dela. Além de não ter espaço para toda a população atual, sobretudo pelo aumento natural do número de membros das famílias noronhenses e pelo falho controle migratório, existe ausência de propriedade privada, visto que os terrenos pertencem à União, sendo dado aos moradores um Termo de Permissão de Uso (TPU), de modo que não são realmente os donos de nada no arquipélago. As autoras salientam ainda que a dificuldade de legalização para moradias gerou uma série de construções clandestinas. Quanto aos que vêm de fora, o principal motivador desse fluxo migratório, observado por elas, é a escassez de mão de obra especializada, o que faz muitas pessoas do continente serem levadas ao arquipélago como moradores temporários, boa parte com baixo nível de instrução. Além de sobrecarregar a ilha, esse fluxo em exagero gera competição por trabalho com os nativos, entre outros conflitos.

Em consequência da sobrecarga humana, Alberguine, Ribeiro & Scachetti frisam mais problemas serem acentuados, a exemplo do abastecimento de água, tratamento de esgoto, energia, lixo e crescente número de carros na ilha principal, despreparada para lidar com tantas pessoas. Se no início só podia haver um carro por residência e cinco por empresa locadora, com o crescimento do turismo os *buggies* para aluguel se proliferaram consideravelmente, aumentando a poluição sonora e a

frota de carros. Mais um ponto negativo colocado pelas autoras é o da saúde. Apesar dos baixos índices de desnutrição e mortalidade infantil, há falta de equipamentos e de profissionais e casos graves precisam ser encaminhados ao continente, o que acaba por gerar algumas mortes durante o próprio deslocamento, sem que se receba o devido socorro a tempo. No tópico saúde, ainda se pontuou que a vida sexual dos noronhenses costuma começar cedo, especialmente pelo gosto dos jovens de se relacionar com turistas.

Alberguini, Ribeiro & Scachetti também ressaltaram a fragmentação das famílias, pois muitos, por necessidades diversas (saúde, escola, etc), precisam se mudar para o continente; a elitização dos turistas em detrimento dos ilhéus, também injustiçados diante de benefícios dos grandes empresários locais; e altos índices de alcoolismo. Contudo, o problema mais notório é a dependência do continente e o consequente aumento do custo de vida: fretes elevados; escassez de alimentos e produtos; atraso dos barcos; valor caro das passagens de avião; prioridade para os turistas embarcarem nos voos; salários altos, que atraem trabalhadores de fora, mas ilusório por serem apenas proporcionais ao custo de vida; e uma mesma pessoa trabalhando em vários serviços para conseguir viver bem.

O conflito entre nativos e *haoles*⁸¹, sendo esses compostos pelos que trabalham para a administração, pesquisadores, pessoas levadas pelo governo e que acabaram ficando ou que se tornaram moradores por casarem com ilhéus, é um dos mais marcantes no arquipélago. Essa relação hostil, ainda de acordo com Alberguini, Ribeiro & Scachetti, existe primeiro pela competição com os nativos por espaço e emprego, muitas vezes os de fora sendo melhor capacitados em termos de formação; e devido a um preconceito. A isso, Battaini, Silva Jr. & Sorrentino (2020) acrescentam que a origem do núcleo fundador da identidade noronhense não remete às diferentes ocupações da época colonial e períodos de abandono do arquipélago, mas sim aos funcionários do presídio e militares que se instalaram depois da desativação dele. Até a década de 1980, a população noronhense passava pouco de 800 indivíduos, mas os *haoles* começaram a chegar com maior frequência, diversificando a fisionomia étnica e cultural da ilha, influenciada por novos costumes e palco de choques geracionais (Arquipélago..., 2003). Porém, como apontado por Alberguini, Ribeiro &

⁸¹ Haole é uma palavra havaiana para "homens brancos", forma xenofóbica de se referir, em Fernando de Noronha, aos migrantes que seguiram para o arquipélago nas últimas décadas (Arquipélago..., 2003).

Scachetti (1988), todas as famílias noronhenses vieram para cá de alguma forma, existindo uma primeira geração verdadeiramente nativa muito recentemente. Então, esse conflito entre noronhenses e *haoles*, embora muitas vezes parta de uma questão de defesa dos direitos nativos frente à beneficiação das “pessoas de fora”, em outras se trata de um simples orgulho de se considerar noronhense há mais tempo, ilusoriamente superior aos que chegaram depois.

Outro impasse recorrente acontece entre a população local e o governo e órgãos de fiscalização e gestão ambiental, uma vez que, até a atualidade, parte da população sente seus direitos de pleno acesso aos recursos naturais terem sido usurpados, como se essas pessoas sacrificassem seu espaço de vivência para fornecer lazer e calma às populações urbano-industriais ou para proteção da biodiversidade. Ao tratar das populações locais das áreas transformadas em parques nacionais, Diegues aponta:

“Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área” (Diegues, 2008, p. 22).

Por parte dos problemas ambientais, estão presentes desde os primeiros contatos humanos com o arquipélago, mas se expressaram mais a partir da época da colônia correcional. Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998) pontuam que, se de um lado os presos cortavam as árvores para construir embarcações e fugirem, por outro a direção do presídio promovia a derrubada maciça para evitar esconderijos, o que comprometeu grande parte da cobertura vegetal original e, conseqüentemente, contribuiu para o problema de falta de água potável, ainda muito atual no arquipélago. Assim, as autoras atestam que 95% da vegetação nativa foi eliminada. Junta-se a isso a introdução de espécies estrangeiras, como árvores frutíferas e a Jitirana, trepadeira daninha que domina praticamente toda a vegetação do arquipélago, sufocando outras árvores e arbustos. Por parte da fauna, Alberguini, Ribeiro & Scachetti citam os tejus (*Salvator marianae*)⁸², levados para conter os ratos, mas que, por serem diurnos, ao

⁸² Maior réptil encontrado pela América do Sul (podendo chegar a 2 metros). Fora do arquipélago é mais conhecido como Teiú.

contrário da cogitada presa noturna, acabaram por se alimentar de ovos e filhotes de aves e tartarugas.

É com essa introdução de espécies estrangeiras que, pouco a pouco, vão surgindo desequilíbrios nos ecossistemas.⁸³ Mesmo o arquipélago sendo reconhecido por abrigar uma das maiores colônias reprodutivas de aves marinhas entre as ilhas oceânicas do Atlântico Sul Tropical, o constante processo de ocupação urbana tem afastado essas criaturas, cada vez fazendo suas ninhadas no arquipélago com menor frequência. A quantidade de espécies subaquáticas também tem caído, como os polvos, de alta demanda para os restaurantes, em contraponto ao crescimento da população de ouriços-brancos, o que indica um desequilíbrio no meio⁸⁴ (Arquipélago..., 2003).

A própria noção de ecoturismo, na mesma proporção que pode ser vantajosa, pode ser perigosa. Sandeville Jr. (2002, p. 155-156) explica essa modalidade de turismo ser entendida como uma utilização sustentável dos recursos naturais para lazer e conhecimento, enquanto os benefícios econômicos seriam destinados à população local e para conservação do ambiente. Assim, mostra-se melhor que outras modalidades que utilizam o meio natural, mas é difícil garantir que tais benefícios prometidos sejam cumpridos e que os grupos consumidores e as empresas enxerguem de forma realmente sustentável o ambiente. Isso porque o ecoturismo pode ser convertido em simples discurso ou elemento de valorização, se não for baseado em princípios socioambientais éticos, o que o leva muitas vezes, como apontado por Diegues (2008, p. 64), a alimentar o mito moderno da natureza intocada, tal qual os parques nacionais pioneiros estadunidenses, mas se diferenciando por ser ainda mais elitista. As menções ao ideário da sustentabilidade, conforme Castro (2021), integram também a imagem turística dos paraísos litorâneos, tanto que costumam existir restrições em prol do patrimônio natural, indispensáveis para conservação da vida local e para a constituição da imagem turística desses destinos.

Fantasia, sensualidade, liberdade, consumo em pacotes rápidos de cerca de uma semana nas muitas modalidades classificatórias do turismo que vão

⁸³ Na História Ambiental, além de se considerar os elementos bióticos (vivos) e abióticos (sem vida) na formação dos ecossistemas, ainda se dá ênfase à participação humana dentro deles, muitas vezes negligenciada pelos ecologistas (Worster, 2002).

⁸⁴ A descoloração dos corais, devido ao colapso das zooxantelas – algas que possuem relação simbiótica com eles – é causada tanto pelo aquecimento, como pelos danos físicos e poluição, indicando grau de desequilíbrio no ecossistema (Wilson, 2009).

surgindo, tendem a gerar ou consolidar comportamentos estereotipados e superficiais. Trata-se de um consumo de imagens, quando não de clichês, onde o elemento caótico e selvático da natureza, ou de estranhamento de outras culturas, pode ser absorvido a partir de uma ordem de regras de bom comportamento 'politicamente correto'. Indo além, em muitos desses casos, a fantasia, a sensualidade, a liberdade, podem ser vivenciadas a partir de uma ordem, de uma quebra controlada do cotidiano, de limites que têm a paisagem tropical ('paradisíaca') como fundo, em contraste com a paisagem corriqueira e agressiva nos centros urbanos (Sandeville Jr., 2002, p. 157).

Embora a crítica de Sandeville Jr. possa aparentar ser um mero incômodo diante da futilidade, carrega profunda reflexão. Ao acessar os locais paradisíacos, ao tirar férias em Fernando de Noronha e seguir o convite à sustentabilidade, os turistas estão absorvendo essa forma de vida ou apenas obedecendo à ordem do local enquanto estão presentes nele? Trata-se de um ensinamento a ser internalizado ou de uma ideia divertida a ser seguida apenas no arquipélago? O quanto do ecoturismo é ensinamento e o quanto se torna só mais um atrativo, vivenciando o ambiente como uma realidade virtual da qual se esvai rapidamente? Para o autor (2002, p. 159-161), a natureza enquanto produto turístico assume papel de riqueza da biodiversidade e de cenário e objeto de consumo, sendo preciso reconhecê-la enquanto produto da cultura e passar a compreender a forma como tem sido entendida na atualidade. Com isso em vista, mesmo que a voga ambientalista embebida pelo turismo transpareça harmonia, Sandeville Jr. afirma ser necessário romper com a dissociação persistente entre sociedade e ambiente, como já exposto anteriormente. Mas, para além, compreender que a natureza não nos convida para fugir da agitação urbana, nós a fazemos chamar, enquanto criações de nossas simbologias.

Portanto, o paraíso cênico e a exuberância natural de Fernando de Noronha mascaram a degradação da biodiversidade e das relações humanas para os que vão a passeio. Battaini & Sorrentino (2018a, p. 161) ressaltam que, como o setor que mais emprega é o turístico, boa parte dos moradores buscam aumentar o fluxo turístico e, assim, ampliar seu lucro, sem que haja preocupação com a forma como isso tem impactado o ambiente. Essa ideia é ainda mais gritante entre os donos de grandes negócios em Fernando de Noronha, o que evoca o exposto por Souza (2019, p. 81-82), sobre o modo de produção capitalista ser essencialmente antiecológico, em decorrência da sua lógica econômica que sujeita tudo ao mundo da mercadoria. Não

significa serem outros modelos e sociedades completamente harmônicos com a natureza, mas o sistema capitalista atua em escala planetária e detém enorme influência, o que o destaca enquanto mais destrutivo. É de acordo com sua lógica que a quantidade de dinheiro e de turistas se torna mais valiosa do que qualquer preocupação em reduzir os danos ao meio, ainda que seja graças à natureza a busca constante feita pelo arquipélago.

Dessa forma, parece haver, entre os despreocupados com os danos ambientais causados ao distrito estadual, o que Pádua (2002, p. 117-119) chama de crença da absoluta reversibilidade da natureza. Existente no Brasil desde os tempos coloniais, essa ideia parte do princípio de que, mesmo com o acúmulo de devastação, a partir do momento em que os humanos mudam o comportamento destrutivo, sempre existirá a possibilidade de recuperar a saúde de qualquer ambiente. De modo semelhante, mas numa terminologia mais ecológica, Worster (2002, p. 28) chama a atenção para o cuidado que os ecologistas devem ter ao defender os poderes autoequilibrantes dos ecossistemas. Não significa negar a capacidade que a natureza tem de se recuperar dos distintos impactos que podem atingi-la, mas de ter a consciência de que, a depender do grau desse impacto, da quantidade de destruição, a recuperação não ocorrerá por completo, poderá durar séculos e certas formas de vida jamais voltarão a existir.

Mesmo entre os que desenvolvem certo grau de crítica ambiental, parte tende a manter viva a visão de revanche da natureza, especialmente em um cenário que evoca tanta fantasia como Fernando de Noronha. De acordo com essa percepção, em relação aos crimes cometidos pela humanidade, o ambiente devolverá da sua forma, seja em acidentes pontuais, seja em grandes catástrofes. Ao longo de 2023, por exemplo, foi muito comentado na ilha, a respeito do calor, sobre a Ebulição Global⁸⁵ como vingança do meio diante das inconseqüências humanas. Em especial, a quase ausência de chuvas durante a estação chuvosa, nesse mesmo ano, influenciou bastante a discussão. Essa percepção é boa no sentido de mostrar que existe uma consciência quanto aos danos causados pelas pessoas. Porém, segundo Passmore (2011), resulta em uma passividade frente ao problema e subestimação da fragilidade dos processos e das relações naturais. Como já exposto, o ambiente não aguenta e

⁸⁵ Conceito que ganhou destaque devido às intensas ondas de calor e às temperaturas extremas observadas em 2023, indicando que o planeta não mais vivencia o aquecimento global, mas sim uma ebulição (fazendo alusão a um aquecimento mais intenso e rápido).

nem se recupera de todo e qualquer impacto, por essa razão as leis precisam sempre garantir a sua conservação.

Dado isso, é difícil concordar com a percepção dos naturalistas Mateo, Mateo & Veiret [s.d.], ao destacarem que a ilha caminha cada vez mais em direção à utopia de Thomas More. De fato, ao se romper com o papel de ilha-presídio e dominada pelos coronéis, a população local passou a ganhar mais direitos de cidadania, entretanto, sobretudo com o advento do turismo, os conflitos entre ilhéus e *haoles* ou o existente entre residentes comuns e grandes empresários atestam que uma sociedade justa e igualitária não é a melhor definição para a encontrada em Fernando de Noronha. Ao mesmo tempo, a natureza local, mesmo que em passos mais lentos, têm sido afetada e superestimada, no sentido de acreditarem ser ela mais resistente do que realmente é. A legislação ambiental no distrito pernambucano é rígida, porém não perfeita ou livre de furos. Ela ainda é suscetível a ludíbrios, e a sobrecarga populacional atesta isso, mas, acima de tudo, ainda é suscetível à insaciável ambição humana. Mesmo assim, existe uma importante frente buscando inverter essa situação, a da Educação Ambiental, que merece um tópico à parte.

5.2 Educação Ambiental e as Férias Ecológicas: Ressignificando o Paraíso

Para discorrer sobre Educação Ambiental (EA), antes é preciso entender, de acordo com os estudos de Battaini & Sorrentino (2018b, p. 294), que essa modalidade educativa se fortaleceu em escala planetária a partir da Primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, em Estocolmo - Suécia, no ano de 1972, por meio da recomendação 96, responsável por atribuir a EA um papel importante na melhoria da qualidade ambiental; da Conferência de Belgrado, na Iugoslávia, em 1975, com a formulação do Programa Internacional de Educação Ambiental; e da Primeira Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Antiga União Soviética, em 1977, da qual saíram as definições, estratégias e objetivos da Educação Ambiental. A partir disso, no caso brasileiro, os autores esclarecem que três documentos foram desenvolvidos em prol desse campo: o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Com apoio das políticas públicas⁸⁶, Battaini & Sorrentino (2018b, p. 295) afirmam ainda que a Educação Ambiental passou a ser incorporada nas escolas, a exemplo do sétimo artigo da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB)⁸⁷ de 1996, que tornou obrigatória a inclusão da EA, de forma integrada, no ensino formal. Assim, com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁸⁸ pelo MEC, o meio ambiente foi colocado como tema transversal⁸⁹ dentro dos currículos escolares. Já o artigo segundo da PNEA, de 1999, apontou a necessidade de incluir a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, além de indicar a sua não disciplinarização, ponto reforçado em junho de 2012, com o lançamento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

No que tange a Educação Básica, Battaini, Silva Jr. & Sorrentino (2020) destacam duas unidades escolares existentes em Fernando de Noronha: o Centro Integrado de Educação Infantil Bem-me-Quer e a Escola de Referência em Ensino Médio Arquipélago Fernando de Noronha (EREM AFN). Essa última conta com ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Alberguini, Ribeiro & Scachetti (1998) atestam que a escola infantil Bem-Me-Quer, primeiro Centro Integrado de Educação Infantil no Brasil – que atua como pré-escola com crianças de até seis anos – desde a sua reformulação, em 1998, já utilizava painéis e atividades com peixes e paisagens que remetiam ao trabalho de projetos como o Tamar, para despertar a atenção das crianças mais jovens para a importância de conservar o meio ambiente em que vivem. Por outro lado, na Escola Arquipélago Fernando de Noronha, as autoras pontuam já serem, na mesma época, divulgadas as Férias Ecológicas, realizadas durante os meses de recesso escolar. Representantes do Ibama, da administração e demais interessados se reuniam para ensinar as crianças sobre o impacto que poderiam diminuir em um local tão sensível.

Paralelamente, o Projeto Tamar também incentivava os alunos a se tornarem guias-mirins, promovendo o contato e aprendizado com a natureza. Alberguini, Ribeiro & Scachetti destacam que as crianças trabalhavam de segunda a sexta nos períodos que não tivessem aula, ganhavam 2,30 por dia, mais extra por horários livres. Para

⁸⁶ De acordo com a perspectiva multicêntrica de Sorrentino, entende-se políticas públicas como “um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum” (Sorrentino, 2005, p. 289 *apud* Battaini & Sorrentino, 2018a, p. 156).

⁸⁷ Responsável por definir e regulamentar o sistema educacional brasileiro.

⁸⁸ Diretrizes que servem como referência para as grades curriculares brasileiras.

⁸⁹ Que não faz parte de uma área do conhecimento específica, podendo ser aplicado em todas elas.

além, criaram um jornal que compartilhava as experiências desenvolvidas pelo projeto; proferiam palestras sobre as tartarugas, no Centro de Visitantes do Tamar; e alertavam os turistas quanto aos cuidados que deveriam ter. Assim, Battaini & Sorrentino (2018a, p. 165) definem a importância da Educação Ambiental em Fernando de Noronha estar precisamente no seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano sustentável, por ser uma educação comprometida com a melhoria da qualidade de todos os seres vivos e das condições do planeta. Por consequência, também auxilia no ecoturismo. Para isso, segundo os autores, valoriza os diversos tipos de conhecimento (racional, artístico, espiritual e emocional); prega a atuação formal, não formal e informal; compreende o meio ambiente como a inter-relação entre o meio cultural, natural, político e social, o que incluiu a humanidade como parte da natureza; e busca atingir a totalidade de moradores e visitantes do arquipélago.

Ao todo, Battaini & Sorrentino (2018b, p. 309) registraram nove instituições (5 públicas, 2 ONG's, 1 privada e 1 coletiva) em Fernando de Noronha, as quais desenvolvem atuação com Educação Ambiental desde 1989, mas nenhuma delas têm o objetivo principal ligado exclusivamente à EA e o comportamento ambiental dos residentes ainda não é o mais adequado. Muitas vezes esses programas geram uma consciência crítica, desenvolvida desde o centro de educação infantil, mas pouco é colocado em prática. Isso porque é necessário também desenvolver a consciência ambiental nos adultos, visto que, muitas vezes, como exposto pelos autores, o que as crianças aprendem com a Educação Ambiental, os pais ensinam o contrário em casa. Sua ampliação também ajuda a reverter a baixa atuação de processos educadores ambientalistas fora da EREM AFN e a evidenciar aos visitantes os problemas de Fernando de Noronha, escondidos pela mídia, como exposto por Battaini & Sorrentino (2018a, p.161).

No ano de 2013, a Educação Ambiental foi transformada em disciplina obrigatória na EREM Arquipélago Fernando de Noronha, indo contra os documentos nacionais que sugerem uma abordagem transdisciplinar, por a EA, quando colocada como uma disciplina de um único professor, dificilmente ser desenvolvida pelos demais dentro das suas respectivas áreas. Por outro lado, enquanto tema transversal, Battaini, Silva Jr. & Sorrentino (2020) esclarecem que os docentes de todas as matérias, na medida do possível, precisam incorporar o meio ambiente nas suas abordagens. Diante disso, a Educação Ambiental deixou de ser uma disciplina

obrigatória na EREM AFN, em 2019, e assumiu uma abordagem transversal. Além disso, foi espalhada em diversas matérias eletivas⁹⁰ adicionadas à carga curricular dos estudantes, de acordo com o Novo Ensino Médio.⁹¹ Tomando como base as presentes no primeiro semestre de 2024, encontra-se no primeiro ano médio apenas a de Preservação Ambiental. As disciplinas das turmas seguintes estão expostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Disciplinas eletivas ambientais da EREM Arquipélago
Fernando de Noronha, nos anos 2 e 3 do ensino médio

2º Ano Médio	3º Ano Médio
Bioquímica e a Relação Homem e Natureza	Ciência, Bioética e Transgênicos
Ética Socioambiental: Ação e Pesquisa	Construções e Invenções Sustentáveis
Investigação em Saúde Ambiental	Crescimento Econômico e Sustentabilidade
Pesquisa em Química Ambiental	Desigualdade Social e Desenvolvimento Sustentável
Sustentabilidade É Ação	Etnobiologia dos Recursos Naturais
Uso da Água e o Clima	Gêneros Midiáticos e o Meio Ambiente
	Máquinas Térmicas e Combustíveis Alternativos
	Mudanças Climáticas e Refugiados Ambientais
	Natureza Revelada
	Reciclagem de Eletrônicos

Fonte: elaborado pelo autor (2024).⁹²

Embora as discussões decorrentes dessas matérias sejam de valiosa importância, a forma como estão configuradas pode ser um problema. Primeiro porque, mesmo denominadas como disciplinas eletivas, não realmente são, o que significa que, ainda que algumas não reprovem, os estudantes são obrigados a participar de todas essas aulas. Segundo, por falta de costume e, muitas vezes, despreparo dos professores para assumir algumas dessas discussões – problema recorrente do Novo Ensino Médio – boa parte dos estudantes ficam desinteressados e não dão importância a qualquer uma delas. Esse quadro acaba indo de encontro com a observação de Battaini & Sorrentino (2018b, p. 307), ao atestarem o caráter

⁹⁰ Matérias não obrigatórias, das quais os estudantes podem escolher as que irão acompanhar.

⁹¹ Mudança na estrutura do Ensino Médio, pela Lei nº 13.415/2017, que define uma nova organização curricular com foco nas áreas do conhecimento e na formação técnica e profissional.

⁹² Dados retirados da Grade Curricular da EREM AFN.

impositivo, do ponto de vista dos estudantes, por muitos se sentirem forçados a acompanhar as eletivas, sem qualquer interesse genuíno. Ainda tem o fato de, da forma como estão distribuídas, criarem um déficit na carga semanal das disciplinas obrigatórias. Enquanto cada uma das eletivas costuma ter duas aulas semanais, no segundo ano médio só há uma aula das seguintes matérias: Biologia, Física, Geografia, Gramática, Literatura e Química. A única diferença para o terceiro ano médio é que, no caso dele, História ocupa o lugar de Gramática.

Além do mais, como frisado por Battaini & Sorrentino (2018b, p. 302), a Política Nacional de Educação Ambiental chama a atenção para a impossibilidade de a escola transformar a sociedade sozinha, sendo necessário desenvolver a Educação Ambiental no âmbito informal e não formal, para além do âmbito formal.⁹³ Atualmente, o programa de guias-mirins não existe, mas as Férias Ecológicas continuaram a ser realizadas no mês de janeiro, por parte da equipe do Projeto Golfinho Rotador. Battaini, Peres & Sorrentino (2020, p. 674) destacam o programa ter passado a receber apoio de adolescentes do arquipélago, a partir de 2013, como monitores voluntários nas atividades sobre educação e conservação ambiental. Esses jovens atuam no planejamento das atividades, organização dos materiais, realização das dinâmicas, registro fotográficos e produção do material comunicativo. Segundo Mesquita (2023), o programa é "uma estratégia lúdica para sensibilizar e conscientizar a preservação de Noronha".

As Férias Ecológicas de janeiro de 2024 tiveram como tema "O Oceano dos Ilhéus" e foram divididas em três turmas, as quais separaram as crianças de cinco a seis anos, sete a nove anos e dez a doze anos. Delas, apenas as duas últimas foram acompanhadas – que aqui serão chamadas de Turma A e Turma B, pela ordem crescente de idades – uma vez que o público alvo da primeira era novo demais para participar de forma mais ativa das atividades propostas. Cabe destacar que ambos os grupos tiveram a mesma programação, a qual durou cinco dias e cerca de três horas e meia diárias, e contaram com a equipe do Projeto Golfinho Rotador como professores, acompanhados de monitores voluntários. Um último dado inicial

⁹³ Entende-se o âmbito formal como a educação ligada aos sistemas tradicionais de ensino (exemplo: escolas e faculdades); o não formal está relacionado com as iniciativas de ensino-aprendizagem independentes desses sistemas (exemplo: Férias Ecológicas); e o informal se caracteriza pelas aprendizagens durante a vida (exemplo: o que se aprende com a família).

relevante é o quantitativo: 18 alunos compuseram a Turma A, enquanto 15 estiveram na Turma B.

No primeiro dia, ocorreu a apresentação dos envolvidos nas programações. Muitas crianças já se conheciam, uma vez que a maioria mostrou ser frequente no programa, participando ano após ano. Referente ao tema, a primeira explicação que receberam foi a do que seria um ilhéu, de forma que entenderam ter relação com todos os noronhenses. Ainda surgiu uma observação importante sobre o oceano não pertencer aos moradores da ilha, apenas fazendo parte da vida deles. Depois de pintarem as camisas temáticas e lancharem, as crianças foram ensinadas a dividir o lixo entre orgânico e reciclável. Por fim, aconteceu uma apresentação de teatro de fantoches, homônima ao tema do ano. Nela, foi ensinada aos participantes sobre a localização do arquipélago, sua origem e foi dado destaque à Mabuya (*Trachylepis atlantica*)⁹⁴ enquanto espécie endêmica.⁹⁵ Três importantes pontos colocados para os alunos, durante o teatro, foram a respeito da definição de Serviços Ecossistêmicos⁹⁶, visando esclarecer como é a natureza que atrai os turistas para a ilha, gera empregos e lazer para os noronhenses e os fornece condições de vida; da relevância do oceano como morada de seres vivos e regulador do clima; e do prejuízo da poluição, tanto por destruir a natureza, quanto por também atingir diretamente a humanidade e afetar a economia de Fernando de Noronha. A partir disso, foi esclarecida a importância da Educação Ambiental e das Férias Ecológicas, mas também a das crianças para repassar os ensinamentos a todos os que conhecerem. No fim do primeiro dia, também foi realizada uma brincadeira de adivinhar desenhos, dentro dos temas do teatro.

Para o segundo dia, as crianças foram levadas à Praia do Porto⁹⁷, na qual aprenderam a diferenciação entre o PARNAMAR e a APA, além do que seria mar de dentro e mar de fora.⁹⁸ Após isso, foi feito um alerta ecológico, brincadeira que levava as crianças a construir frases com elementos do arquipélago, fossem profissões, lugares ou espécies marinhas; e puderam tomar banho de mar e brincar na areia. No caso da Turma B, os alunos também foram a uma piscina natural, mas sem que

⁹⁴ Pequeno lagarto endêmico de Fernando de Noronha, semelhante à lagartixa do continente.

⁹⁵ Espécie nativa ou restrita a determinado lugar.

⁹⁶ Benefícios que os humanos ganham do ambiente.

⁹⁷ Uma das praias mais calmas do arquipélago, onde se localiza o píer de Fernando de Noronha.

⁹⁸ Enquanto o mar de dentro se refere ao voltado para o Brasil e é abrigado em relação aos ventos, o mar de fora se direciona para a África e tem suas águas mais agitadas.

pisassem nos corais. Já no dia três, depois de participarem de outra brincadeira, as crianças foram levadas ao Memorial Noronhense - Espaço Cultural Marieta Borges.⁹⁹ Nele, acompanharam uma exposição fotográfica, “A Ilha Submersa”¹⁰⁰; cada criança teve que dizer o nome de um animal marinho; ouviram explicações a exemplo da importância da Praia da Atalaia¹⁰¹ como berçário, a forma como se dão os nomes científicos às espécies e como os golfinhos se alimentam; e foi feito um jogo da memória e uma brincadeira em dupla para desenhar algo do ambiente ao redor.

A programação do quarto dia foi um passeio de barco, no qual houve o acompanhamento dos golfinhos-rotadores, aprendizado sobre espécies de aves marinhas da ilha, nomenclatura das ilhas secundárias, identificação das praias do PARNAMAR e da APA, teorias das crianças sobre o Rugido do Leão¹⁰², além de um momento para banho na Baía do Sancho.¹⁰³ No último dia, aconteceu uma recapitulação de todos os ensinamentos, foi feito um tabuleiro humano onde as crianças precisavam responder perguntas ambientais e houve pontuações importantes sobre poluição, sobrecarga de turistas e branqueamento dos corais. Para finalizar, os alunos criaram uma paródia musical para apresentarem na festa de despedida, a qual também contou com a participação dos familiares, relato das crianças sobre seus aprendizados e show de talentos.

Observações importantes dizem respeito à Turma B, que demonstrou compreender a relação dos noronhenses com o mar, saber muitas das formas de como os humanos acabam prejudicando o oceano e ter noção da importância da desinformação para a degradação ambiental e do que seriam ecossistemas. Esse maior domínio de conhecimento por parte desse grupo, à primeira vista, pode parecer simplesmente pela idade mais avançada em relação à Turma A, mas essa é uma conclusão simplista. Tendo em vista que os alunos mais novos absorviam os ensinamentos e muitos dos mais velhos estão no programa anualmente, pode-se sugerir que é a frequência de ensinamentos ambientais que tornaram a Turma B tão desenvolvida nesse quesito, reforçando a relevância da Educação Ambiental.

⁹⁹ É o antigo “Memorial Noronhense - Espaço Cultural Américo Vespúcio”, até 2022, e onde fica o circuito museográfico da ilha.

¹⁰⁰ Exposição subaquática do arquipélago, feita pelos fotógrafos Doug Monteiro e Luiza Sampaio.

¹⁰¹ Aquário natural da ilha, acessado mediante agendamento prévio e de acordo com rígidas regras.

¹⁰² Barulho feito quando o ar e a água atravessam uma fenda no morro de pedra abaixo do Forte de Nossa Senhora dos Remédios.

¹⁰³ Praia reconhecida por ter sido declarada como a mais bonita do mundo, pelo menos seis vezes.

Quanto à visão de Fernando de Noronha difundida pelos representantes do Projeto Golfinho Rotador, por vezes apareciam analogias ao paraíso. Como exemplo, durante o teatro de fantoches, o arquipélago foi chamado de paraíso e descrito como lugar no qual viviam “os seres mais lindos do mundo”. Claro que muito disso partiu pelo tom de fábula da atividade, mas a menção ao Éden pernambucano voltou a surgir sempre que era preciso evidenciar a riqueza natural da ilha. De qualquer forma, o paraíso das Férias Ecológicas não foi o da sociedade justa de More, ou o da natureza intocada das propagandas. Era um paraíso ecológico, frágil, afetado pela humanidade e pela poluição, que precisava ser cuidado. Na frase final do já muito mencionado teatro de fantoches, dizia-se o seguinte: “Não existe ilhéu sem Noronha, nem...”, a qual uma criança completou: “Noronha sem ilhéu”, mas foi corrigida que não. “Não existe Noronha sem oceano”, porque o arquipélago independe da nossa existência, mas, uma vez que estamos nele, precisamos tomar os devidos cuidados.

Dessa forma, a experiência nas Férias Ecológicas de 2024 comprova um discurso de independência da natureza, mas não apenas, como também de dependência humana em relação a ela. Afinal, é isso que significa dizer que os ilhéus dependem do oceano para viver e trabalhar, direta ou indiretamente. Caminha-se, portanto, na direção da Alteridade Ambiental conceituada por Passmore, “uma ética pautada pelo respeito e pela responsabilidade diante dos demais seres e por tudo o que constitui elemento indispensável ao pleno desenvolvimento das diferentes formas de vida na Terra” (Pedrosa, 2018, p. 92). E a ênfase na importância de as crianças repassarem seus ensinamentos para a família e turistas desavisados é uma forma de atingir mais pessoas, enquanto não se criam programas de Educação Ambiental mais eficientes na atração de adultos.

É com iniciativas como essas, aliadas às coletas seletivas de recicláveis, orgânicos, volumosos e podas residenciais; erradicação de espécies exóticas; reflorestamento com espécies nativas; e multas contra os crimes ambientais que custam em média 5.000 reais, como citado por Mesquita (2023), que a relação humano-natureza vai sendo beneficentemente moldada no arquipélago. Não se trata de entender que os avanços já bastam, mas que estão direcionados corretamente, embora precisem englobar mais pessoas e superar a hegemonia do pensamento econômico. Por hora, um bom sinal é observar a formação ativa de crianças comprometidas com o ambiente em que vivem, afinal, de acordo com os trabalhos de Paulo Freire, recuperados por Battaini, Silva Jr. & Sorrentino (2020), o processo de

ensino-aprendizagem deve partir da realidade dos estudantes, reconhecendo o local em que se vive para ser capaz de transformá-lo.

Ao desenvolverem um olhar criticamente ambiental sobre Fernando de Noronha, os jovens passam a também construir uma nova percepção de pensar e viver o próprio mundo, mas, para isso, não se pode acomodar com as iniciativas existentes. O paraíso ecológico-turístico-terral passa por danos ambientais históricos e persistentes que jamais serão revertidos enquanto o gasto com passeios e o valor das hospedagens de luxo importarem mais do que o acúmulo de plástico e materiais de pesca nos recifes de corais ou a caça ilegal de filhotes de tubarão-limão.¹⁰⁴ Talvez, a Educação Ambiental possa formar uma sociedade que respeite o ambiente e ressignifique completamente a relação com a natureza, ou talvez vejamos o desenrolar de mais uma conquista da grandiosa estupidez humana.

¹⁰⁴ Paiva, 2024.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paraíso buscado a partir do fim do século XX foi histórica e culturalmente construído. Nasceu do desejo humano de voltar para um lugar originário, pacífico e abundante, presente em muitas religiões antigas; foi perdendo o seu caráter mitológico e deu à natureza selvagem um papel de fuga da vida estressante e urbana, consequente das sociedades industriais; e, aliado ao turismo, transformou esses espaços em grandes atrativos em diferentes escalas, inclusive internacional. Características como a seletividade, tranquilidade e felicidade não foram em momento algum dissociadas desses ambientes. É assim que, segundo Dantas (2009, p. 163), o paraíso hoje vendido desperta desejos íntimos na busca de descanso e harmonia com a natureza, seja internalizado pelo homem religioso, seja pela sociedade laica e modernizada do fim do século XX e início do século XXI. Afinal, é um privilégio conhecer um dos últimos redutos naturais “intocados”.

Por sua vez, a descoberta de Fernando em Noronha, no início do século XVI, deu-se em um momento propício para carregar o arquipélago de analogias ao Jardim do Éden, diante da expansão marítima que alimentou ainda mais o impulso medieval de busca pelo paraíso terreal. O deslumbramento com pedaços de terra insulares naquela época era tamanho que o arquipélago chegou a servir como inspiração para a criação do conceito de utopia, enquanto sociedade justa e idealizada. Porém, os tempos de abandono, período como colônia correcional e presídio político e os governos autoritários por parte dos coronéis, foram pouco a pouco apagando a imagem de paraíso vinculada ao atual distrito. Não que a Esmeralda do Atlântico em algum momento tenha perdido a exuberância de sua natureza, mas com tantos castigos, injustiças e dificuldade para se viver, era difícil se sentir agraciado por morar naquela ilha.

O mito da natureza intocada, a procura crescente pelos paraísos litorâneos e o lucro mundial gerado pelo turismo que fizeram surgir a ideia de investir turisticamente em Fernando de Noronha, gerando pequenas medidas como a adaptação de moradias para abrigar visitantes, revitalização de construções antigas para deixar o local mais atrativo e abertura de trilhas a serem percorridas pelos turistas. Porém, foi com a reintegração à Pernambuco que o turismo deslanchou. As mudanças na infraestrutura foram muitas, desde o estabelecimento de pousadas melhor desenvolvidas à criação de mais espaços lúdicos destinados a esse público

temporário. Contudo, a população noronhense vive constantes conflitos com os trabalhadores trazidos de fora e se sente desvalorizada frente aos privilégios dos mais endinheirados, além de a dependência do continente, altos custos de vida e falta de terra parecerem prender os ilhéus em constantes adversidades sem possibilidade de solução satisfatória.

Ao mesmo tempo, junto com a divisão da ilha entre Área de Preservação Ambiental e Parque Nacional Marinho, a legislação ambiental precisou ser rígida para garantir a manutenção correta dos espaços visitados em Fernando de Noronha e o zelo com o ambiente. Ainda assim, isso não tem impedido os danos ambientais em sua totalidade. Os estragos humanos e impactos ao ambiente são antigos, mas, por não terem o mesmo grau que em outros lugares e devido ao empenho das propagandas em reforçar a perfeição da natureza intocada, parecem não existir aos olhos dos visitantes e de parte dos ilhéus. É nesse cenário que o papel da Educação Ambiental se faz entender enquanto tão importante para propagar uma Alteridade Ambiental capaz de mudar a forma como a humanidade confere significado à natureza. Porém, muitas vezes, a preferência é do consumo sem escrúpulos, aumento inconsequente do fluxo turístico pelo lucro e propagação de falsos acontecimentos históricos que ensinam a todos que “o paraíso é aqui”.

Assim sendo, a visão de paraíso se consolidou em Fernando de Noronha nas últimas décadas e atraiu cada vez mais pessoas motivadas a escapar da rotina urbana e ganhar alguns dias rodeadas de uma natureza ilusoriamente intocada e com todo o luxo que se poderia receber. Investigar as origens dessa necessidade resgata a função que Worster (1991) também atribuiu ao historiador ambiental, de entender as lógicas, paixões, desejos inconscientes e compreensão empírica que influenciam as escolhas das pessoas em relação ao ambiente. No entanto, a discussão está longe de se resumir ao que aqui foi exposto e muitos temas ainda precisam ser melhor compreendidos e examinados. Qual o impacto das espécies exóticas introduzidas na ilha, em uma escala maior? Ou ainda como a abordagem utilitarista está expressa no trato da natureza mesmo nas legislações atuais? Por hora, é suficiente concluir que a Fernando de Noronha paradisíaca não nasceu enquanto tal, ela é uma criação nossa, carrega longa historicidade e continua a ser alimentada histórica e propagandisticamente.

REFERÊNCIAS

ALBERGUINI, Audre Cristina; RIBEIRO, Silvana Maria; SCACHETTI, Ana Ligia. **Noronha: o outro lado do paraíso**. Campinas: Editora Komedi, 1998.

ARAÚJO, Maria Valéria Pereira de. et al. Consumo e Experiência Hedônica: o destino turístico de Fernando de Noronha, PE. **Revista Rosa dos Ventos**, vol. 7, núm. 4, Caxias do Sul, outubro-dezembro, 2015, pág. 591-612.

Arquipélago Fernando de Noronha: o paraíso do vulcão. Coordenação editorial Wilson Teixeira [et al.]; fotografia Roberto Linsker. São Paulo: Terra Virgem, 2003.

ÁVILA, Ely Pereira de. **Fernando de Noronha: da ilha maldita ao paraíso**. Recife: Ed. do Autor, ed. 3, 2008.

BATTAINI, Vivian; PERES, Isabela Kojin; SORRENTINO, Marcos. Participação em Atividades de Educação Ambiental: Indícios de sua qualificação a partir de uma investigação intervenção no Arquipélago de Fernando de Noronha – PE. **Ambiente & Educação**, Revista de Educação Ambiental. Vol. 25, nº 2, 2020, pág. 663-693.

BATTAINI, Vivian; SILVA JR., José Martins da; SORRENTINO, Marcos. **O Desafio de Processos Participativos nas Atividades de Educação Ambiental no Arquipélago de Fernando de Noronha – PE – Brasil**. Pesquisa em Educação Ambiental, Ahead of Print, 2020.

BATTAINI, Vivian; SORRENTINO, Marcos. Desafios de Políticas Públicas Estruturantes de Educação Ambiental em Fernando de Noronha – Pe. **Ambientalmente Sustentável**: janeiro-junho de 2018a, ano XIII, vol. 25, núm. 1, páginas: 155-170.

_____. Educação Ambiental e Escola: Narrativas de moradores de Fernando de Noronha - PE. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande. V. 35, n. 2, p. 292-314, maio/ago., 2018b.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**. [s.d.]a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/fernando-de-noronha/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto - PIB.** [s.d.]b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Museus. Governo do Distrito Federal: Brasília Ambiental. **Você Sabe o Que É Uma APA?** 2020. Atualizado em 2022. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/voce-sabe-o-que-e-uma-apa/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Sobre o Ibama.** 2018. Atualizado em 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama#historico>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

CASTRO, Tiago da Silva. **Ao Som do Mar e à Luz do Céu: dinâmicas das imagens turísticas dos paraísos litorâneos no Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

CECCON, Eliane. **Un Paraíso Casi Perdido: historia breve de la deforestación en Brasil.** Instituto de Ecologia, UNAM.

DANTAS, Pedriane B. de Souza. **Destino da Ilha sob a Mira do Éden: Fernando de Noronha no percurso do tempo.** Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2009.

DELUMEAU, Jean. O Que Sobrou do Paraíso. **Varia História.** Tradução: José Carlos Reis/Departamento de História – UFMG. nº 31, Janeiro, 2004, pág. 141-158.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Hueitee: Nupaub-USP/CEC, 6ª ed. ampliada, 2008.

DIMAS, Willian Lopes. **Comunicação e Circularidades: uma pequena viagem em torno do corpo e seu movimento.** Tese (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza.** Belo Horizontes: Autêntica, 2005.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília, INL, 1976.

HENRIQUES, Ana Cândida Vieira. **Zoroastrismo da Pérsia e Catolicismo Romano: um estudo comparado entre concepções escatológicas**. Tese (Pós-Graduação em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

LIMA, Janirza Cavalcante de Rocha. A Simbologia Triádica de Fernando de Noronha. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife: v. 24, n.º. 2, p. 287-298, jul./dez, 2008.

LOPES, Laura. O Paraíso Moldado pelos Vulcões. **Jornal da USP**: pág. 10-11.

MARINHO, Ana Clara; VERAS, Paulo. Pernambuco e Governo Federal chegam à acordo para gestão compartilhada de Fernando de Noronha. **G1**, PE, 11 de março de 2023. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/03/11/estado-e-governo-federal-chegam-a-acordo-para-gestao-compartilhada-de-fernando-de-noronha.ghtml>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

MATEO, José Antonio; MATEO, Pilar; VEIRET, Patricia. Fernando de Noronha: la isla de la Utopía. **Miscelánea I**. Pág. 92-111.

MESQUITA, Daniela Garcia. **1101 Curiosidades sobre o Arquipélago de Fernando de Noronha**. Florianópolis, Santa Catarina: Ed. da Autora, 2023.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. **A Ilha Cinqüentenária: 1956-1960**. UFPE-CNPq//História/CEPEHC-FN.

_____. Geopolítica do Atlântico: o caso do Arquipélago de Fernando de Noronha – Brasil. XXVII Simpósio Nacional de História. **Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Rio Grande do Norte, Natal, 22 a 26 de julho, 2013.

_____. **Machado e o Paraíso ou o Paraíso em Machado?**

_____. No Tempo dos Loronha se Erguia uma Ilha-Presídio no Atlântico (1504-1800).

Revista Crítica Histórica. Ano I, n. 1, junho/2010.

NORONHA, Administração de Fernando de. **“O Paraíso é aqui!”**. Essa foi a frase escrita por Américo Vespúcio [...]. Fernando de Noronha: 26 de julho de 2018. Facebook: Administração de Fernando de Noronha. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1517701291668230&set=a.52455569764946>
6. Acesso em: 10/12/2024.

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados** [online]. Vol. 23, n. 68, 2010, p. 81-101.

_____. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

PAIVA, Clarissa. ICMBio Investiga Morte de Filhotes de Tubarão-Limão, Espécie Ameaçada de Extinção. ICMBio Fernando de Noronha, 2024. Disponível em: <https://www.parnanoronha.com.br/single-post/icmbio-investiga-morte-de-filhotes-de-tubarao-limao-ameacado-de-extincao>. Acesso em: 10/01/2024.

PASSMORE, John. Atitudes Frente à Natureza. In: MELO, Patrícia Pinheiro de. (Org). História Ambiental em suas Múltiplas Abordagens. **Cadernos de História**, Ano VIII, n. 8, Recife, Edufpe, 2011. (Online: https://www.ufpe.br/editora/ufpebooks/serie_extensao/outros/Card_Hist_Ano_8_n_VI_II/).

PEDROSA, Laurício Alves Carvalho. A Alteridade Ecológica como Princípio Ético-Jurídico Necessário à Construção de uma Ética Adequada ao Século XXI. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, vol. 14, n. 3, p. 76-97, Setembro-Dezembro, 2018 – ISSN 2238-0604.

PIRES, Carolina Leal. Estratégias de Credibilização do Discurso e da Construção da Imagem do Pernambuco Paradisiaco na Publicidade Turística. **Intersecções**, vol. 3, ano 3, n. 1, 2010, pág. 125-145.

PIRES, Priscila Aparecida Borges Ferreira. **Entre Novas e Velhas Utopias: admirável livro novo**. Tese (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina: [s.n.], 2016.

SANDEVILLE JR., Euler. A Paisagem Natural Tropical e a sua Apropriação para o Turismo. *In*: Eduardo Yázigi. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, v. , p. 141-159.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Cia das Letras, São Paulo, 1995.

SILVA, Marieta Borges Lins e. **Fernando de Noronha: cinco séculos de história**. Recife: CELPE, Coleção Cadernos Noronhenses, 2007.

_____. **Fernando de Noronha: cinco séculos de história**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, Edição 2, Coleção Cadernos Noronhenses, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, ed. 1, 2019.

VESPUCCI, Amerigo. **Letter to Piero Soderine, Gonfaloniere: the year 1504**. Tradução com introdução e notas: George Tyler Northup. Princeton [United States]: Princeton University Press, 1916. (Vespucci Reprints, Texts and Studies, vol. 4).

WILSON, Edward O. **Diversidade da Vida**. Cia do Bolso. São Paulo, 2009.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

_____. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história; Transformation on the land: towards an agroecologic perspective in history. **Ambiente & Sociedade**, vol. 5, n. 2, 2002; vol. 6, n. 1, 2003, p. 23-44.